



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

131^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.
28 de Novembro de 2018.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom dia! Bom-
2 dia senhoras Conselheiras e senhores Conselheiros. Por favor, vamos tomar
3 assento. Bom, havendo a verificação de quórum eu declaro aberta a 58ª Reunião
4 Extraordinária do CONAMA e aproveito a oportunidade para passar a palavra para
5 o Doutor Romeu, que é o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente.
6

7
8 **O SR. ROMEU MENDES DO CARMO (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom
9 dia a todos e a todas. Primeiro lugar justificar a ausência do nosso Ministro, que
10 ele foi convocado pelo Presidente Temer para uma reunião agora, e pediu que eu
11 fizesse a abertura, e que trouxesse aqui um balanço, né? Considerando que é o
12 nosso último CONAMA do ano, e último CONAMA da nossa gestão. Então,
13 senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras, né? Então, vou proferir aqui as
14 palavras que ele pediu que eu trouxesse. A gestão ambiental brasileira vem se
15 firmando no papel de protagonista, apesar dos enormes desafios que são postos.
16 Internamente damos prioridade (...) com a sociedade, com os setores produtivos,
17 com os Governos estaduais e municipais, com a Academia. Acreditamos que esse
18 é o caminho, seguro para o desenvolvimento com sustentabilidade.
19 Internacionalmente estamos cumprindo com êxito e com antecipação os
20 compromissos firmados perante os diversos fóruns, podemos dizer, inclusive, que
21 estamos dando exemplo e mobilizando outro países. Nos últimos dois anos a
22 nossa redução de emissão de gases de efeito estufa foi de cerca de 2 vírgula
23 bilhões de toneladas de CO2. Com isso antecipamos os resultados que seriam
24 esperados para o ano de 2020. Então, estamos à frente aí, praticamente um ano.
25 Esse resultados que mostra alteração significativa do perfil brasileiro de emissão
26 de gás de efeito estufa, vem em grande parte da redução do desmatamento da
27 Amazônia registrado em 2017. Este ano, apesar de termos reforçado com
28 prioridade as ações de comando e controle, de termos chamados os Estados a
29 cumprir o seu papel, de termos no sentido de termos nos sentado à mesa, né?
30 Para conversar com os setores produtivos, constatamos aumento da taxa de
31 desmatamento, que subiu, mas permaneceu no mesmo patamar em área dos
32 anos anteriores. Executamos política pública estruturantes, política de Estado,
33 entre esses... Entre essas, né? Temos que ressaltar a criação e ampliação das
34 unidades de conservação, que foi um grande ganho, que aumentaram o território
35 protegido em mais de 94 milhões de hectares na Amazônia, cerrado, caatinga,
36 Mata Atlântica e bioma marinho costeiro. Foram criados em 2 anos, 14 unidades
37 de conservação, dando prioridade ao fortalecimento das reservas extrativista para
38 impulsionar a valorização das florestas. E as mais novas unidades em estudos
39 avançados para a criação e outras 6 para ampliação. A partir da Lei que
40 estabeleceu o Marco Legal para a concessão de serviço de apoio a visitação em
41 parques nacionais, o que induziu o desenvolvimento regional, criação de emprego
42 e renda, aumento da arrecadação federal e diminuição de gastos públicos, o
43 ICMBio realizou os procedimentos necessários à concessão de serviço em 7
44 parques. Estamos trabalhando de forma ampla o programa de corredores
45 ecológicos, para promover a integração de políticas públicas que propiciem a

46 coletividade entre as áreas naturais protegidas, numa estratégia que permite a
47 construção de um panorama da América do Sul e promove o diálogo com os
48 países vizinhos. Montamos uma sala de situação funcional para combater
49 possíveis incêndios nas unidades de conservação e terras indígenas.
50 Contratamos, treinamos e equipamos brigadistas locais, inclusive indígenas,
51 para atuar na linha de frente, caso seja necessário. Outro sucesso alcançado foi o
52 povoamento do CAR, que tem mais de 5 milhões de imóveis cadastrados, o que
53 permitiu identificar mais de 100 milhões de hectares de áreas destinadas a
54 preservação. Desenvolvemos, implantamos e disponibilizamos o Serviço Florestal
55 Brasileiro para todos os Estados, o sistema de informações do CAR. Outro
56 sistema implantando no que tange as florestas é o Sinaflor, no âmbito do IBAMA,
57 com ele temos o controle de toda a cadeia de madeira, desde o manejo
58 florestal até a comercialização. É um golpe definitivo contra as quadrilhas que
59 criminosas que destroem florestas e prejudicam o comércio legal e sustentável. E
60 vale para todos os Estados, que deverão lançar suas autorizações no sistema. Na
61 caatinga, além das unidades de conservação criadas e do breve retorno das
62 ararinhas azuis, estamos trabalhando fortemente para mitigar os problemas
63 decorrentes da seca implacável que se abateu nos últimos 7 anos. Estamos
64 implantando unidades de recuperação de áreas degradadas, as URADs, que
65 integram ações de conservação do solo e da biodiversidade, ações sociais que
66 buscam a segurança hídrica, e a segurança energética, e ações produtivas com
67 sistemas, lavoura, pecuária e floresta. O MMA em parceria com o PNUD e projeto
68 (...) biomas, também está elaborando um sistema de monitoramento de áreas
69 degradadas, com risco de desertificação no Brasil, que deverá estar concluído em
70 dezembro. Em outra frente estamos implantando projeto que visa reverter o
71 processo de desertificação com ações, com manejo florestal de uso múltiplo, a
72 gestão integrada dos recursos naturais em paisagem produtivas, a restauração de
73 florestas e paisagem, além da gestão do conhecimento. Na área de recursos
74 hídricos o Programa Água Doce já resultou na produção de 2 milhões de litros de
75 água potável por dia. O Programa Produtor de Água da Agência Nacional de
76 Águas reconhece as ações de preservação dos produtores rurais, com pagamento
77 por serviços ambientais. Só em 2017 foram repassados 18 milhões de reais.
78 Tomamos... Tornando realidade o programa de conversão de multas ambientais,
79 que além de proporcionar a aplicação de recursos financeiros de monta em
80 serviços ambientais, sem onerar o orçamento público e de permitir intervenções
81 robustas na recuperação de ambientes degradados irá fomentar a economia. Sim,
82 porque as ações demandarão insumos e mão-de-obra, com geração de renda e
83 empregos. O IBAMA lançou o primeiro chamamento público de projetos para a
84 Bacia do Rio São Francisco e Parnaíba, para apoiar projeto com recursos
85 provenientes do Programa de conversão de multas ambientais. Recebeu centenas
86 de projetos que estão sendo cuidadosamente analisados. Estamos trabalhando na
87 construção do Programa de Revitalização de Bacias, um processo participativo,
88 com realização de seminários regionais, temáticos e setoriais, que visam coletar
89 subsídios e contribuição dos Programa Nacional de Revitalização de Bacias
90 Hidrográficas. Estamos também fazendo o macrozoneamento ecológico-
91 econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Que tem um papel

92 estratégico para implementação dos programas de revitalização e do Plano de
93 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, para aí, o período
94 de 2016/2025. O instrumento tem como objetivo orientar o planejamento territorial
95 na Bacia Hidrográfica em bases sustentáveis. Trabalhamos na consolidação das
96 tripartites estaduais, que representam espaço de diálogo entre os órgãos, e
97 entidades ambientais dos municípios, dos Estados, Distrito Federal, e da UNIÃO,
98 com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente, o SISNAMA.
99 Essas comissões são fundamentais para a promoção da gestão ambiental
100 compartilhada e descentralizada entre os entes federados. Em julho concluímos o
101 processo de construção de diretrizes para a gestão territorial e ambiental de
102 territórios quilombolas e sal interface com as mudanças do clima, por meio da
103 realização de oficinas formativas e informativas. Dentre as ações de mobilização,
104 conscientização e educação ambiental, aderimos à campanha Mares Limpos, da
105 ONU. Entendemos ser importante trazer essas informações e esse qualificado que
106 é o CONAMA, para prestar contas e chama-los a continuar a nos ajudar. Muito
107 obrigado.

108

109

110 *(Palmas!).*

111

112

113 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado**
114 **Doutor Romeu.**

115

116

117 **O SR. ROMEU MENDES DO CARMO (Secretário-Executivo do MMA) – Antes**
118 **de passar aqui a palavra ao Deusdará, pessoalmente eu queria fazer um**
119 **agradecimento a todos os senhoras e senhores. Esse é o último CONAMA, né?**
120 **Da nossa gestão. Queria agradecer pela forma profissional e fraterna que foi o**
121 **nosso relacionamento. Então, queria deixar aqui registrado a todos vocês esse**
122 **meu agradecimento pessoal. Algumas pessoas aqui tiveram contato comigo e**
123 **sempre foi de uma forma muito cordial e profissional, sempre buscando o melhor**
124 **pro meio ambiente. Então, deixo aqui o meu registro aqui, os meus**
125 **agradecimentos.**

126

127

128 *(Palmas!).*

129

130

131 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado**
132 **Doutro Romeu. Só para efeito de transcrição correta na ata, eu falei da 58ª**
133 **Reunião Extraordinária. Na verdade entenda, a reunião nº 131 Ordinária do**
134 **CONAMA. Desculpa a falha. Tô numa reunião ainda atrasado. Bom, vou passar a**
135 **palavra pra Adriana, para a posse dos novos Conselheiros.**

136

137

138 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Bom dia a
139 todos! Alguns novos Conselheiros, Governo Federal começando, Ministério do
140 Desenvolvimento Social e Agrário, Francisco Fujita de Castro Melo e Victor Leal
141 Santana, se estiverem presentes eu peço que se levantem. Pelo Ministério da
142 Educação, Leonardo Lapa Pedreira. Ministério do Meio Ambiente nós temos a
143 Marília Marreco. A Zilda a nossa Conselheira de sempre teve um problema de
144 saúde e está se recuperando. Ministério da Transparência e Controladoria Geral
145 de União, Juliana Fernandes Guimarães. Bem-vinda! Estado de Rondônia, Renato
146 Bevanguer da Silva e Jorge Lourenço da Silva. Bem-vindos! Estado de São Paulo,
147 Leonardo Sete Cintra e Rubens Pereira Brito. Comunidade Científica o Paulo
148 Roberto Martine, já era Conselheiro, mas passa a ser titular. Ima Celi Guimarães
149 Vieira e Laila Salmes Espindola Darvene. E pela Sociedade Ecológica de Santa
150 Branca Sesbra, Maria Luiza Dias.

151

152

153 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
154 Adriana. Vamos entrar, então, na fase de aprovação da transcrição da ata, aí sim,
155 da 58^a Reunião Extraordinária. Consulto os senhores Conselheiros e senhoras
156 Conselheiras se existe alguma manifestação? Não havendo nenhuma
157 manifestação considero aprovada a ata. Bom, agora nós vamos entrar na fase de
158 Tribuna Livre. Eu novamente peço a vocês a observância do tempo para que a
159 gente possa dar vazão a essa pauta de hoje, que é bastante robusta e importante
160 para o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Eu vou ler os Conselheiro inscritos e
161 eu tenho aqui a Lisiane, Mira-Serra e eu tenho o Domingo, GERC. A Zuleica,
162 APROMAC. O Bocuhy da PROAM. O Ronaldo Soares, Francisco Soares da (...).
163 O Ronaldo do Ponto Terra. O Eduardo do Planeta Verde. O Fábio Camargo...
164 Fábio Camargo da ANAMMA. E passo a palavra pra a Rejane (...), nossa colega
165 secretária da (...) do MMA, para fazer uso da Tribuna Livre. Existe mais algum
166 outro Conselheiro ou Conselheira que queira se inscrever? Não havendo novas
167 inscrições eu convido a Lisiane, por gentileza, para tomar a Tribuna, em seguida o
168 Domingos da GERC.

169

170

171 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia a todos e a todas!
172 Hoje o meu momento final aqui, na gestão da Mira-Serra, né? Fizemos dois
173 biênios. Gostaria de colocar novamente o pedido pra... Talvez ainda exista tempo
174 até o final de dezembro ou na próxima gestão, pra se implementar novamente
175 aquele velho pedido do Fundo de Proteção, de Conservação da Mata Atlântica, de
176 restauração. E também aproveitando a oportunidade, fazer um apelo, porque tem
177 previsto pra amanhã a assinatura de Decretos que criam e ampliam unidades de
178 conservação. Então, no Pantanal seria uma ampliação do Parque Nacional Mato-
179 grossense, a criação do Parque Tainam. Taiaman. Criação da Reserva de Fauna
180 do Pantanal. Na Caatinga tem a criação do Parque Nacional Serra o Teixeira. Tem
181 criação e ampliação de reservas extrativistas da Zona Costeira, incluindo o
182 Mangue Amazônico. E na Amazônia ampliação de uma reserva extrativista em
183 Roraima. E especialmente importante, a criação de unidade de conservação (...),

184 área urbana de Manaus. Essa espécie está extremamente ameaçada, é bastante
185 protegida pela comunidade, eu mesma tenho conhecimento disso. Então, amanhã
186 tem essa previsão de assinatura desses Decretos e estou assim, pedindo, né?
187 Que seja realmente assinado, fazendo um apelo pra que realmente sejam
188 assinados, seja efetivada essa previsão. Obrigada.

189

190

191 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
192 Lisiane. Eu convido o Conselheiro Domingos, em seguida a Conselheira Zuleica
193 da APROMAC.

194

195

196 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Bom dia!
197 Inicialmente eu gostaria de registrar, né? E agradecer as entidades ambientalistas
198 do Nordeste, pela confiança em ter reeleito o GERC para mais uma gestão aqui,
199 no CONAMA. O GERC foi a entidade mais votada dentre as entidades
200 ambientalistas candidatas, representando a região do... A região Nordeste. E
201 gostaria de dizer que esse Conselho tem um papel importante na proteção
202 ambiental e no sentido de evitar qualquer retrocesso ambiental. Nós temos
203 acompanhado pela imprensa com preocupação, de que questões como a
204 Legislação voltada para o Licenciamento Ambiental pode ter mudanças ruins,
205 inclusive tirando do Ministério do Meio Ambiente o Licenciamento Ambiental, e
206 colocando em cada Ministério, e além de outras questões relacionadas ao
207 retrocesso ambiental. É importante lembrar que o Brasil é um País que é
208 considerado uma Legislação... Uma das Legislações mais avançadas do mundo
209 na questão ambiental e não podemos, não é? Diante das mudanças que vem
210 acontecendo no clima no mundo, não é? Com secas cada vez mais severas,
211 enchentes cada vez maiores, ter um retrocesso em relação à Legislação
212 Ambiental, em relação à política ambiental. Então, eu acho que é fundamental que
213 o Conselho Nacional do Meio Ambiente esteja vigilante em relação a isso.
214 Gostaria também de trazer aqui, uma situação que vem acontecendo lá no
215 nordeste, principalmente na Bahia, que é o sofrimento no confinamento de jegues,
216 (...) jegue que faz parte de um patrimônio memorial do Nordeste, da identidade do
217 Nordeste e vem sendo utilizado, a sua carne vem sendo utilizada para exportação
218 e como mostrou o programa Fantástico no último domingo, há um processo de
219 extinção desse animal e um processo também de sofrimento. Então, eu chamo
220 atenção do Ministério do Meio Ambiente, no sentido de articular com o Ministério
221 da Agricultura essa situação, para que esse animal não sofra como vem sofrendo,
222 inclusive morrendo de sede e fome num confinamento, não é? Como mostrou a
223 reportagem. Por último eu gostaria de destacar que nós pretendemos, nessa nova
224 gestão, dar continuidade a nossa luta, para que a Câmara de Educação Ambiental
225 possa funcionar, e que a gente possa ter políticas voltadas para a educação
226 ambiental de uma maneira transversal, e fortalecendo esse trabalho,
227 primeiramente em relação à questão do Licenciamento Ambiental, da logística
228 reversa, dentre outras questões. Muito obrigado.

229

230 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
231 Conselheiro Domingos. Eu chamaria a Conselheira Zuleica e em seguida o
232 Conselheiro Bocuhy.

233

234

235 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Bom dia! Também quero agradecer as
236 ONGs da região Sul que honraram o nosso rodízio, o nosso acordo e votaram na
237 APROMAC pra esse novo mandato que inicia o ano que vem. Eu queria fazer um
238 pequeno relato, breve, aproveitando essa oportunidade, a respeito de um tema
239 que nem o próprio Ministério do Meio Ambiente deu valor, infelizmente, dá valor,
240 que é a implementação dos tratados internacionais na área de químicos. Né?
241 Acabou de acontecer, na semana passada em Genebra, a COP 2, né? A
242 Conferência das Partes da Convenção de Minamata sobre o mercúrio, né? Um
243 tratado que foi assinado em Kumamoto pelo Brasil também e ratificado esse ano
244 no Brasil. E essa... Esse tema o mercúrio é extremamente relevante quando se
245 fala em poluição, quando se fala em saúde humana, é um dos poucos tratados
246 ambientais bastante relacionado com a saúde pública e nenhuma nota saiu no
247 boletim do Ministério do Meio Ambiente sobre esse importante evento que
248 aconteceu a semana passada. Eu estive lá representando a única ONG brasileira
249 que estava lá, como sempre, porque não há esse interesse no Brasil, né? Do
250 combate a poluição, do combate ao uso de substâncias químicas tóxicas, né? No
251 entanto, era a maior delegação... A maior delegação lá era a brasileira. Então, eu
252 tivesse orgulho de ver o representante do IBAMA lá, da ANVISA, do Ministério o
253 Trabalho, porque se trata de problema de saúde ocupacional. E o que nos deixa
254 sempre muito decepcionados é a falta de atenção que se dá aqui em Brasília na
255 hora da formulação das políticas públicas e do fortalecimento da agenda de
256 substâncias químicas. O mundo inteiro dá importância. No Brasil é bastante
257 atrasado esse tema, né? Pouco entendido e pouco valorizado. É muito triste isso,
258 mas a gente continua lutando, apesar de tudo. Muito obrigado.

259

260

261 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
262 Conselheira Zuleica. Eu gostaria de chamar... Bocuhy, em seguida o Conselheiro
263 Francisco Soares da FURPA.

264

265

266 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Bom
267 dia senhores Conselheiros! Também gostaria de agradecer e reafirmar que a
268 importância do nosso papel, que nós desenvolvemos nesse Conselho, que é um
269 papel de controle social. O papel da Sociedade Civil no CONAMA trata de um
270 princípio constitucional, que é a participação direta nas decisões de Governo e
271 essa participação direta implica em certos compromissos para as não
272 governamentais. Uma delas é a vigilância constante sobre os atos do Poder
273 Público. Nós não podemos abrir mão disso na nossa atuação institucional, às
274 vezes, isso se torna conflituoso, mas é exatamente o nosso papel aqui. Outra
275 questão é a extrema liberdade que deve permear a nossa representação, no

276 sentido de que, diante de injustiças manifestas o movimento ambientalista, a
277 Sociedade Civil, pode chegar também à desobediência civil como salvaguarda
278 constitucional. Nós defendemos esse papel, que um papel extremamente
279 independente e vai ser certamente o mais proativo e a maior contribuição que a
280 gente possa dar dentro desse Conselho. E não é por outro motivo que o PROAM
281 foi eleito de novo pelas entidades nacionais, nós obtivemos 80% dos votos em
282 território nacional, fomos a entidade mais votada em todas as regiões do Brasil, de
283 como que nós vamos honrar esse compromisso e estamos aqui para mais uma
284 gestão, o Conselheiro Mourão que é o nosso capitão de Mar e Guerra, que vai
285 estar fazendo a nossa... A suplência. E também com o Instituto de Amigos da
286 Reserva da Biosfera, que é o pessoal que trabalha bem essas questões
287 relacionadas à reserva da biosfera, tão importante para a agenda brasileira. E
288 Doutor Deusdará, eu queria fazer um apelo. Nós estamos numa transição de
289 Governo, não é? E nós temos uma preocupação muito grande de que agenda
290 ambiental ela se transfira para o próximo Governo. Nesse sentido nós estamos
291 trabalhando o documento com 25 pontos que nós achamos essenciais, que seriam
292 abordados pelo novo Governo. Esse documento tá em construção, eu gostaria
293 muito de poder contar, Doutora Marília Marreco, com a contribuição de vocês
294 também, pra que a gente pudesse construir um documento comum que
295 representasse, não só o anseio da Sociedade Civil, mas também o anseio do
296 próprio Ministério do Meio Ambiente e dos outros setores, pra que a gente
297 colocasse isso como proposta de transição pro novo Governo. Eu acho que é
298 muito importante nesse momento, nós fortalecemos o Instituto Chico, o IBAMA,
299 nós fortalecemos o próprio CONAMA, o CONAMA é fundamental como elemento
300 de gestão participativa. Então, temos aí algumas prioridades máximas nessa
301 construção. Então, eu vou tomar a liberdade de mandar esse documento pra
302 vocês do Ministério, pra Doutora Marília, pra que a gente consiga avançar. Muito
303 obrigado.

304

305

306 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
307 Bocuhy. Eu convido, então, o Conselheiro Soares da FURPA, em seguida o
308 Conselheiro Ronaldo do Ponto Terra.

309

310

311 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) –** Bom dia a todos!
312 Francisco Soares, Fundação Rio Parnaíba. Eu quero cumprimentar a mesa na
313 pessoa do Doutor Romeu, Secretário-Executivo e a Doutora Sueli, também como
314 representante das mulheres aqui, nesse Plenário. E cumprimentar todos os
315 companheiros e companheiras do CONAMA, estaduais, do setor privado, da
316 Sociedade Civil. Dizer que nós estamos chegando no final de um Governo, se
317 aproximando um novo Governo no 1º de janeiro. Nós devemos ter um novo
318 Ministro e possivelmente novas políticas ambientais do país. Então, nós que
319 somos do Nordeste e nos deparamos com o problema de água, como a segurança
320 hídrica que um grande problema para os nordestinos. Então, o problema
321 ambiental nosso maior é a água. Sem água nós não vamos a lugar nenhum. A

322 transposição do Rio São Francisco até hoje se questiona a sua viabilidade
323 técnica? Por quê? Porque embora o secretário falou sobre as políticas da... Aos
324 Comitês de Bacia e mesmo assim... Mas existe uma política séria, a política o céu.
325 A gente tem que também combinar. Tem que combinar também com São Pedro,
326 pra ver se ele manda chuva para o Nordeste, e os nossos rios, as nossas bacias
327 começam a receber água, porque o Rio São Francisco tem problema nas suas
328 nascentes, e os rios que alimentam, que ficam na região nordestina, passam por
329 vários anos de estiagem e a seca são vários município do Piauí, inclusive, que
330 estão em insegurança por falta de água. Então, a questão da água é o maior
331 problema ambiental do Nordeste. Mas também quero deixar aqui (...) o nosso
332 agradecimento, o ex-ministro Sarney Filho, porque ele foi possível, depois de 4
333 anos de lutas, ele conseguir viabilizar a instituição do Comitê da Bacia do Rio
334 Parnaíba, conseguiu como Presidente atual a assinatura do Decreto. Mesmo
335 assim deixamos nossa... O nosso descontentamento com a ANA, que passou tantos
336 anos e não conseguiu viabilizar suas políticas determinadas pela Lei de Recurso
337 Hídrico. E esse Comitê de Bacia com a integração de bacia é uma questão de
338 segurança nacional. Sem água o Brasil, Sul, Sudeste. No Sudeste o sistema
339 Cantareira, vocês viram que a integração na Bacia do Paraíba do (...) passou por
340 vários problemas e não houve solução. Então, a ANA, pra nós, o novo Governo
341 que vai se aproximar tem que passar por uma grande reformulação, tem que...
342 Mas em políticas que possam viabilizar a integração da bacia, que... E inclusive
343 essa transposição no São Francisco é uma questão muito difícil por questão de
344 viabilidade técnica. Por outro lado nós temos que, como ambientalista,
345 independente de Governo e de Ministro a nossa luta é muito antiga. Nós
346 ambientalistas. A gente começou desde a época do Collor de Melo, quando a
347 gente fazia manifestação em frente da Casa da Dinda, pedindo políticas públicas
348 para o meio ambiente e nunca parou. Não dependemos de Governo, porque a
349 sociedade todo tempo cobra. Mas, quero também acreditar que a sociedade vai
350 estar todo tempo organizada e cobrar para que o Ministério do Meio Ambiente...
351 Tivemos uma secretaria importante, que é essa secretaria praticamente está sem
352 funcionar, Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, que ela no futuro Governo, o
353 futuro Ministro, sejam, sejam prioridade, que a Secretaria de Recursos Hídricos
354 ela é importante pra política de água desse País. (...), a ANA que veio esvaziou a
355 Secretaria e não conseguiu fazer nada. Então, a ANA é a grande interrogação.
356 Mas a Secretaria de Recursos Hídricos (...). Outra, nós tivemos no passado... Vou
357 encerrar. Nós tivemos no passado, quem tem mais tempo de CONAMA, a
358 Amazônia aumentou o desmatamento, nunca parou, agora falaram em 13,7
359 nesses últimos 10 anos. Então, por que não pensar a recriada da Secretaria
360 Nacional da Amazônia pra defender as políticas públicas da defesa de Amazônia
361 brasileira? Muito obrigado.

362
363
364
365
366
367

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado
Francisco. Eu convido, então, o Conselheiro Ronaldo, Ponto Terra, em seguida o
Conselheiro Fábio Camargo da ANAMMA.

368 **O SR. RONALDO LUIZ REZENDE MALARD (Ponto Terra)** – Bom dia a mesa!
369 Bom dia a todos! A Ponto Terra de Minas Gerais ela, hoje aqui ela está
370 encerrando mais em ciclo de sua participação nesse Conselho tão importante pra
371 sociedade brasileira. Tivemos outras participações anteriores a esta, mas nesses
372 últimos 4 anos nós tivemos sempre a preocupação de participar com muita
373 responsabilidade, muito respeito aos colegas Conselheiros, respeito ao meio
374 ambiente, respeito ao desenvolvimento sustentável, respeito ao País. A Ponto
375 Terra sempre se preou por isso, é uma organização não governamental que já tem
376 18 anos, já tem a essa maioria na área ambiental e nos honra muito, nos
377 honrou muito estar com todos vocês participando nesses últimos 4 anos,
378 respeitando a todos vocês aqui no Plenário e em outros núcleos do CONAMA.
379 Queremos registrar, é importante registrar que diferente de outras gestões, de
380 algumas gestões passadas, essa gestão atual e principalmente a gestão do ex-
381 ministro Sarney Filho, foi muito importante pra nós que nós tivemos um bom
382 diálogo, um bom convívio, importante pra que as coisas se desenvolvam da
383 melhor maneira possível. Isso é muito importante, a Adriana sempre nos atendeu
384 com muita, muita boa vontade, com muita delicadeza, né? E isso é muito
385 importante, Marília Marreco esteve sempre, também com a gente. E queremos
386 agradecer isso também. Né? Nós agradecemos. É importante também dizer pra
387 vocês que nós estamos na expectativa de um novo Governo, todos nós
388 brasileiros, né? E esperamos que o novo Ministro que vai ser nomeado, e tomar
389 posse no início de janeiro, venha com o instituto realmente, de trazer para toda a
390 sociedades brasileira a responsabilidade com a referência ao meio ambiente, e ao
391 desenvolvimento sustentável. Que ele venha com muita sabedoria e seja
392 iluminado, juntamente com seus pares e também para os novos Conselheiros do
393 CONAMA, todos aqui. Muito aqui não estarão aqui o ano que vem, como eu, mas
394 que os outros novos Conselheiros venham também com essa responsabilidade,
395 para estar aqui nos próximos anos. E finalmente, Senhor Presidente, eu queria
396 também tratar de um assunto importantíssimo que é da pauta de hoje, nós
397 estamos aí discutindo uma Resolução do CONAMA, que trata da poluição
398 atmosférica. Nós sabemos, por exemplo, no caso da indústria, nós já tivemos a
399 soluções, já há muito tempo, com sistemas implantados de filtros, né? Evitando
400 que o problema da... A poluição atmosférica provocada pelas indústrias já esteja
401 resolvidos. Mas com referência as fontes veiculares, é importantíssimo e esse
402 Conselho tem uma responsabilidade grande de aprovar uma Resolução que seja
403 eficiente para essa causa. Eu quero dizer isso porque ontem saiu uma reportagem
404 na televisão, sobre o problema de saúde pública, sobre o problema de câncer e
405 outras doenças provocadas pelo tabagismo, em primeiro lugar e em segundo lugar
406 provocadas pela poluição atmosférica, principalmente dos centros, dos grandes
407 centros urbanos. E eu cito três cidades no Brasil que estão em estados
408 emergenciais, com referência a isso, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte,
409 e temos outras. Então, eu espero que esse Conselho tenha a responsabilidade de
410 aprovar uma Resolução que realmente atenda e que vem resolver o problema de
411 saúde pública, com referência a nossa qualidade do ar nas, principalmente nas
412 grandes cidades. Muito obrigado, a Ponto Terra agradece a todos vocês.
413

414 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
415 Ronaldo. Eu convido, então, o Conselheiro Fábio Camargo da ANAMMA, em
416 seguida a gente vai passar a palavra pra Secretária Rejane, da Tribuna. Por
417 gentileza, já puder ir se aproximando pra gente ganhar tempo. Obrigado.

418

419

420 **O SR. FÁBIO CAMARGO FERREIRA (FNP)** – Bom dia a todos os Conselheiros.
421 Bom-dia a mesa e a frente, tá Deusdará, eu tô pela Frente, não pela ANAMMA
422 esse ano. É. Toda vez você esquece. Mas...

423

424

425 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – É porque você
426 tem muitos chapéus, (...).

427

428

429 **O SR. FÁBIO CAMARGO FERREIRA (FNP)** – Mas tive o muito prazer de estar
430 ali. E aproveitando cumprimento o Secretário de meio ambiente de Aparecida de
431 Goiânia, que está aqui, que (...) o Adriano. E o de Goiânia, o Gilberto tá ali
432 também, que os dois estão fazendo um ótimo trabalho pro Estado de Goiás.
433 Estamos aqui novamente na saga dos PROCONVE. Né? Eu acho que nós temos
434 toda a possibilidade de aprovar essas duas Resoluções que já foram discutidas
435 nas Câmaras Técnicas, já foram debatidas, eu acho que todos que aí estão tem
436 uma opinião mais ou menos formada quanto a isso. Nós vamos passar por essa
437 etapa pra não deixarmos para o próximo Governo, que a gente ainda nem sabe o
438 que vai acontecer. E aproveitando, pedimos uma atenção especial para a moção
439 que vai ser colocada em desfavor de um membro do Ministério Público, pra ser
440 encaminhado pro CNMP, que é o Conselho deles, buscando o quê? Nós não
441 estamos atacando ninguém e nem a instituição. A gente está defendendo a nossa
442 legitimidade. Eu acho que nenhum Conselheiro sai da sua casa, de Estados tão
443 longe e vem pra cá brincar de mexer com o meio ambiente. E ninguém tá aqui
444 querendo degradar nada, né? Tanto é que nas comissões existem várias
445 representações e qualquer assunto que vem sem discutido aqui já foi discutido
446 muito. Se alguém sentir prejudicado de que perdeu uma discussão, isso é
447 democracia. Pode ser o pior dos mundos, mas é o melhor existente, né? Onde
448 tem alguma coisa em discussão, e tem várias partes, e alguém sai vencedor.
449 Então, e hoje o Ministério Público, um membro do Ministério Público, não a
450 instituição, está intimando vários Conselheiros, abrindo inquérito pra perguntar o
451 porquê que ele votou desse jeito ou daquele jeito. Eu acho que isso não é
452 interesse só da frente, porque quem é secretário municipal aqui, ou quem é
453 secretário estadual, ou tem algum cargo público, sabe que se deixar, muitos
454 membros do Ministério Público querem governar. Né? Eles querem falar o que
455 vocês têm que fazer, o que a gente tem que fazer. Eu já disse e eu respondo isso
456 lá nos meus ofícios...

457

458

459 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

460 **O SR. FÁBIO CAMARGO FERREIRA (FNP)** – Tô finalizando. Se quer governar,
461 participe do processo eleitoral, ganhe a eleição e pronto. Vocês vão ditar pra onde
462 o Estado ou o município vai crescer. Então, isso vai ser colocado, não é uma
463 moção só da frente, tem várias entidades participando e eu acho que é defesa de
464 todos nós. Se isso virar moda vai ser judicializado cada dia um processo contra
465 alguém de nós aqui, que tenha uma opinião ou divergência. Hoje a nossa, amanhã
466 pode ser de outros, qualquer um de nós. Isso que eu queria dizer. Muito obrigado
467 a todos. Um abraço.

468

469

470 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
471 Fábio, pela Frente. Secretária Rejane, por favor.

472

473

474 **A SR^a. REJANE PIERATTI (MMA)** – Bom dia a todos e a todas! O Ministério do
475 Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Articulação Institucional e
476 Cidadania Ambiental, SAIC, em parceria com a ANAMMA, Associação Nacional
477 de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, promoveu a organização de uma lista de
478 municípios que se destacam na gestão ambiental, visando fomentar a
479 implementação de públicas ambientais locais. Houveram algumas diretivas
480 obrigatórias pra seleção desses municípios, né? Primeira delas exigência de
481 Órgão Municipal de Meio Ambiente. Apresentação de Lei Municipal que institui o
482 órgão. Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente. Apresentação de Lei
483 Municipal que institui o Conselho e o Decreto de Nomeação. E o Cadastro
484 Ambiental Rural, percentual do CAR realizado. Essas eram as três diretivas
485 obrigatórias e tinham outras desejáveis. Então, cada Estado indicou uma
486 quantidade de municípios, de acordo com o tamanho de Estado. Alagoas indicou
487 dois municípios: Marechal Deodoro e Maragogi. Amapá: Laranjal do Jarí.
488 Amazonas: Parintins e Boca do Acre. Bahia: Alagoinhas, Amargosa, barreiras,
489 Cocos, Correntina, Itabuna, Lauro de Freitas, Luiz Eduardo Magalhães, Porto
490 Seguro e São Desiderio. Ceará: Crateús, Barreira e Novo Oriente. Espírito Santo:
491 Linhares e Alegre. Goiás: Rio Verde, Niquelândia, Luziânia, Posse e Anápolis.
492 Mato Grosso: Cuiabá, Sinop e Sorriso. Minas Gerais: Belo Horizonte, Betim,
493 Carmo do Cajuru, Congonhas, Contagem, Extrema, Frutal, Itajubá, Itaúna, Juiz de
494 Fora, Montes Claros, Patrocínio e Uberaba. Maranhão: Bom Jesus da Selva,
495 Santa Luzia, Ariri e Codó. Paraná: Castro, Curitiba, Francisco Beltrão,
496 Guarapuava, Maringá, Pinhais, São José do Pinhais e Toledo. Paraíba: Cabedelo,
497 Conde, Bananeiras, Bonito e Bonito de Santa Fé. Pernambuco: Bonito, Caruaru,
498 Carnaíba, Ipojuca e Paulista. Piauí: Corrente, Picos, Uruçuí e Teresina. Rio de
499 Janeiro: Casemiro de Abreu e Niterói. Rio Grande do Sul: Alegrete, Bajé, Caxias
500 do Sul, estrela, Frederico, Lagoa Vermelha e Nova Candelária. Rio Grande do
501 Norte: Guamaré, Ceará-Mirim, Canguaretama... E Canguaretama. São Paulo:
502 Novo Horizonte, Botucatu, Itu, Gabriel Monteiro, Fernandópolis, Campinas,
503 Ibiracema, Pirangi, Guaracema e Osvaldo Cruz. Sergipe: Aracaju e Nossa
504 Senhora do Socorro. Tocantins: Araguaína, Porto nacional e Palmeirópolis. E Mato
505 Grosso do Sul: Campo Grande e Dourado. Além dessas indicadas, as 27 que

506 compõem o CB 27 também fazem parte da lista. A ideia é que a partir de agora
507 elas recebam, elas sejam polos que vão difundir é que vão multiplicar as boas
508 iniciativas. Elas receber uma capacitação do PNC, que é o Programa Nacional de
509 Capacitação de Gestores Ambientais, que é coordenado pela Diretoria de
510 Educação Ambiental, da SAIC e, a partir daí elas trarão os outros municípios pra
511 replicar as boas iniciativa, e será nesses lugares que a gente vai fazer o PNC. Era
512 só isso.

513
514

515 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
516 Rejane. Então, eu convido o Pimenta de Santa Catarina e finalizo com Roney.

517
518

519 **O SR. JOÃO GABRIEL REZENDE CORREA PIMENTA (FATMA/SC) –** Bom-dia
520 a todos! Cumprimentando o nosso Presidente da mesa, Deusdará, cumprimento
521 todos os Conselheiros aqui presentes. Minha fala hoje é muito mais no sentido de
522 um até breve, tive... Acredito que hoje seja minha última reunião como
523 representante do Estado aqui no CONAMA, o Estado de Santa Catarina. Então,
524 foram 6 grandes anos que eu tive a honra, e oportunidade de defender, e estar
525 representando o Estado de Santa Catarina nessa tribuna. Foi um enorme
526 aprendizado, no sentido de ter aqui num grupo tão heterogêneo de pessoas e
527 poder aprender muito mais do que eu imaginava com os senhores Conselheiro
528 aqui. Mudamos de opinião, convencemos outras pessoas da nossa opinião. Acho
529 que essa é a importância do engrandecimento desse plenário, é algo que precisa
530 ficar pras próximas gerações, alguns procedimento, na minha opinião deveriam
531 ser aperfeiçoados, mas a essência do CONAMA que tá aqui, num grupo tão
532 divergente, eu acho que esse que é o sucesso. Agradeço a oportunidade das
533 amizades que tive a oportunidade de fazer aqui, de todos os setores. Uma coisa é
534 a gente tá aqui dentro da Plenária e divergir do ponto de vista do nosso
535 entendimento e ali fora continuarmos amigos. É isso que a gente aprendeu e um
536 grande orgulho de estar aqui, Deusdará. Então, um até breve a todos e espero vê-
537 los em outra fileiras no futuro. Obrigado.

538
539

540 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
541 Pimenta. Boa sorte nas suas novas missões. Um prazer também trabalhar contigo.
542 O Ronei do Movimento dos Catadores, por gentileza. Finalizo com a Tribuna Livre.

543
544

545 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Movimento dos Catadores de Lixo) –** Bom dia
546 a todos e a todas! Meu nome é Ronei, eu faço parte do Movimento Nacional de
547 Catadores. Já vem há algum tempo, o Movimento Nacional vem denunciando o
548 descumprimento da Política Nacional de Resíduos nesse país, a Política Nacional
549 de Resíduos que trazia o encerramento dos lixões, a implantação de coleta
550 seletiva e o tratamento do lixo, a partir da reciclagem. Muito pouco ou quase nada
551 aconteceu com relação a isso, principalmente com relação à inclusão dos

552 catadores de materiais recicláveis nesse processo e eu trago como exemplo aqui,
553 Brasília, que não fechou o lixão. O lixão continua enterrando em torno de 6 mil
554 toneladas de resíduos da construção civil, aqui no Distrito Federal, porque nada foi
555 feito pro tratamento do resíduo da construção civil. A única coisa que foi feita foi
556 aterramento dos resíduos domésticos no aterro sanitário. O aterro sanitário que
557 poderia durar em torno de 21 anos, aqui no Distrito Federal, ele vai durar em torno
558 do 9. E pra piorar a situação, qual é a solução que foi encontrada? Foi a queima
559 do resíduo. Eles agora arrumaram uma nova nomenclatura pra resíduo, que é a
560 história do tal do CDR e já começaram os estudos de queima do CDR nas duas
561 fábricas de cimento aqui do Distrito Federal. A Secretaria de... A Secretaria de
562 Meio Ambiente do Distrito Federal, ela licenciou pra que as duas fábricas de
563 cimento aqui, do Distrito Federal, pudesse queimar o CDR e aí já começaram os
564 estudos de queima. Então, já começaram a queimar resíduos aqui no Distrito
565 Federal e a única coisa que foi feito pra mudar foi o nome, né? A nomenclatura
566 agora é CDR. Infelizmente isso é um atraso, tanto ambiental quanto social, porque
567 as pessoas que moram nos condôminos ali perto das duas fábricas de cimento e
568 toda a população do Lago Norte vai sofrer, de (...) e particulados, até porque a
569 Secretaria de Meio ambiente aqui não tem meios para fiscalizar as emissões que
570 vão ser feitas por essas duas fábricas de cimento. Então, infelizmente a gente vê
571 como um retrocesso o que aconteceu, principalmente aqui no Distrito Federal. A
572 gente já vem denunciando isso há alguns... Algum tempo e, infelizmente nada
573 aconteceu, a não ser muita propaganda na televisão, que felizmente a gente não
574 tem visto isso como realidade real do que vem acontecendo aqui no DF. Então,
575 isso é um alerta, principalmente pra todos os Estados e município, porque sem a
576 reciclagem esse planeta não vai aguentar o consumo do ser humano. A gente vai
577 votar daqui a pouco o PROCONVE, não é isso? E a gente tá muito preocupado
578 com as emissões dos veículos, e a gente tem que tá mesmo, mas a gente tem que
579 tá muito preocupado também com a queima de resíduos nesse País, porque isso
580 é um retrocesso ambiental e social. Era isso, muito obrigado.

581

582

583 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
584 Ronei. Então, encerramos a Tribuna Livre. Eu passo a palavra para a Doutora
585 Adriana, para os encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA. Muito
586 obrigado a todos os Conselheiros pela brevidade no uso da palavra.

587

588

589 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Gostaria de
590 apresentar o calendário pra próxima reunião. Tradicionalmente os senhores estão
591 acostumados com esse calendário ser uma Resolução e dessa vez nós buscamos
592 a Consultoria Jurídica atrás de um entendimento, porque é uma... Do nosso ponto
593 de vista isso é uma decisão do Plenário, mas não necessariamente uma
594 Resolução CONAMA que tem que ser destinada a matérias normativas. A cada
595 momento que há necessidade de mudar alguma data preestabelecida, é preciso
596 que o Ministro faça uma nova Resolução, seja publicada em diário ad referendum
597 do Plenário, que se reúne posteriormente. A data já é mudada anteriormente.

598 Então, a obrigação prevista em Regimento é apenas a de que o Conselho se
599 reúna 4 vezes ao ano e isso estaria assegurado. O entendimento, então, da
600 CONJUR, respaldado no entendimento do D-Conama, é de que o Plenário pode
601 votar as datas, seria dada ampla publicidade pra isso, mas isso é tão somente
602 uma decisão. Então, o que nós colocamos para apreciação dos senhores seriam
603 datas que não caem em feriado e que segue mais ou menos a lógico de duas
604 reuniões, em... No 1º semestre, uma comando em março e duas reuniões no 2º
605 semestre. Seria, 27, 28 de março, 26 e 27 de junho, 29, 29 de agosto e 27, 28 de
606 novembro, seguindo as lógicas dos outros anos. Pois não, Bocuhy.

607

608

609 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza
610 Bocuhy, vamos abrir um espaçozinho pra comentário dessas datas, mas eu acho
611 que a Adriana colocou bem, só coisa flexível, né? Não vamos fechar muito isso.

612

613

614 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – (...),
615 Não se trata da questão de data, mas eu gostaria de ter um esclarecimento sobre
616 a mudança da forma de encaminhamento sobre datas. Como se trata de uma
617 mudança de Governo, se nós tivermos um Governo que decida não reunir o
618 CONAMA, nós teríamos uma salvaguarda a menos para funcionamento desse
619 Conselho. Então, eu gostaria que diante desse quadro a gente pensasse uma
620 forma de amarrar melhor a permanência das atividades do Conselho. É isso.

621

622

623 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Adriana.

624

625

626 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Pensamos
627 nas duas coisas, Bocuhy, tanto a obrigação regimental é de 4 reuniões por ano. A
628 questão da data ser amarrada numa Resolução nos pareceu inconveniente,
629 exatamente porque é um momento com grande mudança dos Conselheiros,
630 inclusive, o que significa que o Governo que chegar pode precisar ter um pouco
631 mais de tempo pra acomodar as coisas. Agora, por outro lado a gente precisa
632 assegurar que o Conselho se reúna. Então, isso estaria assegurado pela
633 aprovação que contém o Regimento, de que são 4 reuniões por ano. Eu acho que
634 a data, deixar um pouco de flexibilidade em uma eventual mudança de data nos
635 pareceu mais importante.

636

637

638 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Em discussão.
639 Não havendo nenhuma manifestação, entendo que o Plenário aprovou as datas e
640 a forma que está sendo encaminhado a convocação das reuniões, das 4 reuniões
641 mínimas por ano. Bocuhy, por gentileza. Bom, Bocuhy vai... Tudo bem. Com a
642 manifestação negativa do Conselheiro Bocuhy, pra efeito de registro na ata. Bom,
643 eu convidaria o Doutor Sidarta, nosso Conselheiro Jurídico do Ministério do Meio

644 Ambiente, porque agora nós temos o informe, um breve balanço das atividades do
645 Conselho, que será feito pela Adriana e depois um breve relato também do grupo
646 assessor ao Plenário, que será feita pelo nosso colega, o Consultor Jurídico
647 Doutor Sidarta.

648

649

650 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – O**
651 Departamento de Apoio ao CONAMA faz... Pode colocar a apresentação nossa.
652 Na primeira reunião plenária de março, normalmente o Departamento de Apoio ao
653 CONAMA faz uma prestação de contas pro Conselho, daquilo que o Conselho
654 produziu no ano seguinte. Como efetivamente já dito por vários que me
655 antecederam, estamos num momento de transição, nós entendemos que era
656 importante apresentar isso aos senhores, até pra ficar a percepção do quê que foi
657 produzido por esse Conselho. Pode passar. Foram 6 reuniões plenárias, isso já
658 mostra a força dos assuntos discutidos e o vigor desse Conselho, são 4 reuniões
659 ordinárias e duas extraordinárias nesse ano. O CIPAM se reuniu 4 vezes, foram
660 umas 7 ou 8 matérias novas que deram entrada no Conselho e que foram
661 admitidas no CIPAM. Existem ainda outras matérias que estão naquela fase
662 preliminar de obtenção dos pareceres, porque o Regimento pede que antes do
663 CIPAM admitir a matéria, seja feito os pareceres pela área do Ministério e pelas
664 vinculadas. Então, tem muita coisa em tramitação. A CTBio, a Câmara Técnica de
665 Biodiversidade, se reuniu 12 vezes apreciando um pacote que o IBAMA tinha
666 mandado, com matérias destinadas a coibir o tráfico de animais silvestres,
667 acrescidas de outras matérias que tinham... Diziam respeito ao mesmo bojo de
668 assuntos e que tinha sido dado entrada pela entidade Renctas. A Câmara técnica
669 de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, apreciou todo esse pacote do
670 PROCONVE que nós pretendemos finalizar hoje e mais algumas outras matérias
671 que continuam em discussão entre elas, uso agrícola de lodo de esgoto. A
672 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos... Ela chega pra CTAJ todos os assuntos
673 discutidos nas Câmaras de mérito. Então, ela se reuniu 9 vezes, algumas em
674 conjunto com a CTBio e isso fez com que o Grupo Assessor que normalmente se
675 reuni junto com a CTAJ, se reunisse 3 vezes. Depois o Sidarta vai comentar sobre
676 a produção do Grupo assessor. Então, foram 44 reuniões como um todo. Isso nos
677 parece um número grande, elevado, consistente. Pode passar. E aí a gente traz
678 as Resoluções aprovadas pelo CONAMA, o que significa que nós estamos nos
679 reunindo com foco, com objetividade, porque foram muitas. A primeira Resolução
680 ela era uma revisão dos procedimentos pra inspeção da indústria madeireira.
681 Então, ela mudava a nomenclatura de algumas coisas e a maneira de averiguar o
682 coeficiente de rendimento volumétrico. A outra Resolução aprovada e publicada
683 esse ano diz respeito aos padrões de marcação de animais da fauna silvestre em
684 cativeiro, dentro daquele pacote apresentado pelo IBAMA, assim como a
685 Resolução seguinte, que falava das categorias de empreendimentos e critérios
686 gerais pra autorização de uso e manejo em cativeiro, da fauna silvestre e da fauna
687 exótica. Depois na Plenária passada aprovamos a fase P8 do PROCONVE,
688 veículos pesados e a revisão dos padrões de qualidade do ar. Então, esse é um
689 balanço das Resoluções publicadas até agora, temos em pauta mais duas e

690 esperamos acrescentar isso no balanço que será novamente apresentado em
691 março. Lembro que esse balanço é disponibilizado no site e isso é uma visão do
692 quê que o Conselho fez, começou e terminou. Por fim, eu apresento também os
693 gastos, são alguns gastos que a gente consegue mensurar, por parte do Ministério
694 do Meio Ambiente. Claro que cada entidade que está aqui tem os seus gastos
695 pessoais, não computando, obviamente, o que significa o tempo daquele servidor
696 ou daquele membro de uma entidade que está no CONAMA se dedicando, não só
697 a Plenária como as reuniões de Câmara Técnica. Passagem nós custeamos a
698 vinda de parte das ONGs, não são todas... Não é toda Sociedade Civil que tem os
699 seus custos arcados pelo Ministério do Meio Ambiente. São algumas que estão
700 discriminadas no Decreto que regulamentou a Política Nacional do Meio Ambiente
701 e regulamentou o funcionamento do Conselho. Então, nós temos esse gasto de
702 203 mil reais, aproximadamente, com passagens. Diárias 134 mil. Estou dando
703 valor redondo. Estenotipia, sonorização e filmagem 109 mil. Eu acrescento nisso,
704 que esse é um ganho que o Conselho tem já alguns anos, de que as reuniões são
705 sempre gravadas e têm depois o serviço de transcrição com estenotipia. Isso nos
706 ajuda muito, porque torna, deixa de existir uma discussão sobre se alguém falou,
707 não falou e como falou. A trans... A conversa toda, a fundamentação da votação
708 que se dá de acordo com as mudanças que vão ocorrendo ao longo o processo de
709 votação, ela tem um histórico que está gravado e feita a estenotipia. Então, é fácil
710 da gente perceber o que levou uma Câmara Técnica a votar desta ou daquela
711 maneira. o que ou um CTA votar desse ou daquele maneira. E a Plenária é
712 filmada. Então, já alguns anos que nós temos essa filmagem, não tem a
713 disponibilidade disso no site, porque o site atual não comporta, mas nós temos
714 isso num asco arquivo, disponível pra qualquer um que precise. E por fim alguns
715 gastos com publicação de Portaria de designação de Conselheiro, esse é um valor
716 aproximado de 12.400 reais. Não tem aqui o computo da publicação das
717 Resoluções. Então, esse é uma estimativa que nós trazemos. E gastos com
718 gráfica. Há anos atrás quem vinha no CONAMA recebia a pauta impressa, depois
719 fomos tornando o CONAMA sem papel e aí deixamos de ter gastos com isso,
720 cada um vem com a sua... Com o seu... Ou com ela impressa, ou vem num
721 computador próprio, etc. Isso já nos fez economizar muito. Então, apresentamos
722 isso entendo que é um quantitativo que demonstra o quê que significa o Conselho,
723 pelo menos para o Ministério do Meio Ambiente, em gasto mensurável. Nós temos
724 vários outros gastos que não estão mensurados aqui, mas essa é uma planilha
725 que apresentamos aos senhores. E acho que com isso, então, o Sidarta faz a
726 apresentação do Grupo Assessor.

727

728

729 **O SR. SIDARTA JORGE DE AZEREDO SOUTO (MMA)** – Bom dia a todos! A
730 apresentação breve sobre os trabalhos do grupo Assessor a respeito do impacto
731 da Legislação superveniente sobre as Resoluções do CONAMA. Como os
732 senhores sabem, a maioria dos senhores devem saber, acredito eu, o Grupo
733 Assessor foi criado por uma Liberação da 121ª Reunião Ordinária do CONAMA,
734 que tinha como objetivo a avaliação sobre o ponto de vista jurídico das
735 Resoluções do CONAMA, que eventualmente teriam sido impactadas pela

736 Legislação superveniente, considerando a longevidade das Resoluções, a sua
737 perenidade e a necessidade de adequação a Legislação que vem sendo mudada.
738 Deliberou-se que o Grupo Assessor seria composto pelos membros da Câmara
739 Técnica de Assuntos Jurídicos, coordenados sob a batuta do Consultor Jurídico o
740 do Ministério do Meio Ambiente. Próxima página, por favor. Na página do
741 CONAMA que foi inserida a menção ao Grupo Assessor, juntamente com as
742 Câmaras Técnicas, em que os senhores podem identificar, mediante o acesso a
743 página, todas as reuniões que foram feitas, todas as deliberações, Resoluções
744 que foram relatadas e as suas respectivas aprovações. Até o presente momento,
745 desde a sua instalação, o Grupo Assessor se reuniu por 10 vezes, tendo a
746 primeira reunião no dia 28 de março de 2017 e a última no dia 5 de julho de 2018,
747 todas elas sob a coordenação do Doutor Rafael, Consultor Jurídico que me
748 antecedeu no cargo. A redução do número de reuniões se deveu também a
749 retirada da urgência do Grupo Assessor, mas mesmo assim o Grupo Assessor
750 conseguiu produzir um bom resultado. Nós temos... Pode passar pro balanço
751 direto, Danilo, por gentileza. Aí. Em relação à revogação das Resoluções, o Grupo
752 Assessor entendeu pela revogação de 11 Resoluções, acredito que todas elas já
753 foram reconhecidas, as revogações aqui, algumas delas, nem todas, já tiveram as
754 duas revogações reconhecidas pelo Plenário. Próximo, por gentileza. Nós tivemos
755 12 Resoluções em que houve o reconhecimento de que não houve impacto da
756 Legislação superveniente, podendo, então, ser mantidas em vigência. Próximo.
757 Tivemos 7 Resoluções em que se reconheceu que não houve o impacto da
758 Legislação superveniente capaz de ensejar a revogação dessas Resoluções, mas
759 que orientou-se ao CONAMA que fossem feitas revisões em seus textos e
760 revisões em alguns pontos, uma vez que haveria a necessidade de adequação e
761 não de revogação dessas Resoluções. E por fim, nós temos ainda 15 Resoluções
762 pendentes de análise pelo Grupo Assessor, na sua quase totalidade, como diz o
763 próximo slide, diz respeito ao aguardo da aprovação da Lei Geral de
764 Licenciamento, é um tema que vem... Que foi debatido durante a gestão do
765 Presidente Temer quase toda, existia uma expectativa de votação de uma Lei
766 Geral, que é o PL de autoria do Deputado Mauro Pereira, que houve um acordo
767 entabulado pelo Ministro José Sarney, mas que isso ainda não foi pautado. E esse
768 Projeto de Lei, uma vez aprovado, seja ele qual for, qual a tônica que venha a ser
769 dada, vai servir de baliza pra análise dessas Resoluções, razão pela qual elas não
770 foram deliberadas pelo Grupo Assessor e fica aí pendente pra nova gestão essa
771 análise, tão logo tenhamos a aprovação. Era só isso que eu queria colocar pros
772 senhores. Muito obrigado.

773

774

775 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
776 Adriana e Sidarta. Consulto os senhores Conselheiros e Conselheiras se tem
777 algum pedido de esclarecimento adicional, alguma manifestação? Por favor,
778 Doutor Bocuhy e o Comandante Mourão.

779

780

781 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Bom-dia! Senhor
782 Presidente, o que me causou espécie é nós ficarmos com resoluções pendentes
783 de qualquer Projeto de Lei que porventura tenha sido colocado na Câmara. Eu
784 acho que não existe essa penitência, já que não existe nada especificamente
785 ainda aprovado. Digamos que amanhã se faça um Projeto de Lei extinguindo o
786 CONAMA. Eu vou ficar aqui pendente pra analisar uma Resolução? Eu acho que
787 é indevido essa colocação de pendência para um próximo período de uma coisa
788 que efetivamente não tá aprovada, não circula ainda e sinceramente não
789 gostaríamos que ela fosse, inclusive, eu pessoalmente, aprovado na forma com
790 que está. Mas, enfim, eu acho que a pendência ela é indevida, já que não existe
791 nenhuma... Não conheço nenhuma possibilidade de uma Legislação que fique
792 pendente por uma outra situação que ainda não foi aprovada e que não existe de
793 fato. Minha (...).

794

795

796 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
797 Comandante Mourão. Doutor Bocuhy, por gentileza.

798

799

800 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Bom,
801 eu queria parabenizar, doutor Sidarta, o trabalho da Câmara Técnica de Assuntos
802 Jurídicos, o senhor não presidiu na época, mas foi o Doutor Rafael, né? Que
803 através do trabalho de vocês nós conseguimos manter resoluções importantes pra
804 preservação ambiental no Brasil, que foram a 302 e a 303, né? Essas Resoluções
805 tratam de compartimentos importantes e houve sensibilidade não só da Câmara
806 Técnica de Assuntos Jurídicos, mas também da Assessoria Jurídica da casa
807 nessa manutenção. Então, eu acredito que vocês cumpriram perfeitamente o
808 papel de vocês, salvaguardando o que era necessário. Parabéns. Obrigado.

809

810

811 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
812 Bocuhy. Eu pediria ao Doutor Sidarta, por gentileza, quer fazer alguma
813 consideração a respeito do (...)? Então, fica registrada a preocupação apontada
814 pelo Conselheiro Mourão e também faço das palavras do Bocuhy a palavra... As
815 minhas também, parabenizando tanto a gestão da Doutora Adriana como a gestão
816 do Sidarta e do Doutor Rafael, na frente do Grupo Assessor a Plenária. Passamos
817 agora ao ponto de pauta, que seria a apresentação à mesa de pedido de inversão,
818 retirada de matéria e de requerimento de urgência. Informo que a Doutora Sueli
819 pediu pra acrescentar, ao final da nossa pauta, um breve informe a respeito do
820 Cadastro Técnico Federal, em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente de
821 Minas Gerais. Tá ok? Não havendo pedido de inversão de pauta nem de
822 requerimento de urgência, vamos dar continuidade à Ordem do Dia. Bom, primeiro
823 é o processo, a Proposta do Resolução que estabelece as fases L7 e L8 do
824 Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores, PROCONVE,
825 para o controle das emissões de casos poluentes e de ruídos para veículos
826 automotores leves, novos, de uso rodoviário e dar outras providências. (...)

827 Ministério do Meio Ambiente, e o IBAMA, e essa... Tem toda a tramitação anexa,
828 junto à pauta que vocês receberam. E temos aqui emendas do MMA relativo ao
829 retorno dos considerandos retirados pra CTAJ. Emendas do IBAMA relativas a
830 recomendações da CTAJ, art. 1632 § Único e 35, e inclusão o glossário. Como é
831 de praxe, nós colocaremos em votação o texto, o texto base da Resolução e
832 depois nós discutiríamos as emendas ponto a ponto, na medida que forem sendo
833 discutidas no Plenário. Senhores Conselheiros, em regime de votação. Por
834 gentileza, quem é favorável à aprovação do texto base da Proposta de Resolução
835 que estabelece as fases L7 e L8 do PROCONVE, por favor, se manifestem. Quem
836 é favorável, por favor se manifeste. Quem é contrário? Não há votos contrários.
837 Quem se abstém? Uma abstenção. Então, aprovado o texto base. Nós vamos
838 agora, pontualmente percorrer a versão do texto base aprovado e fazemos a
839 votação das emendas. A primeira emenda é o retorno dos considerandos, que é
840 uma proposta do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA. Eu acho que é
841 dispensável. Pergunto aos senhores é dispensável fazer a leitura do texto ou
842 sendo isso acatado a gente faria a votação pela inclusão ou não dos
843 considerandos. Os senhores julgam que é importante que eu leia os
844 considerandos? Sim? Então, vamos lá. Não? Não? Então, por gentileza,
845 agradeço, que com isso a gente agiliza a nossa pauta do dia de hoje. Quem é
846 favorável à inclusão, quer dizer, o retorno dos considerandos a Proposta de
847 Resolução aprovada pro texto base agora? Por favor, quem é favorável à inclusão
848 dos considerando, por gentileza se manifeste? Quem é contrário? Três. 1, 2, 3, 4,
849 5 votos. Espera aí, só um minutinho. Só um minutinho. Por favor, mantenham,
850 quem é contrário a inclusão dos considerando? Por favor, mantenham seus
851 cartões. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8,... 8, 9 votos contrários. Quem se abstém? Duas
852 abstenções. 3 abstenções. Por maioria fica aprovada a inclusão dos
853 considerandos na nova Resolução. Em seguida nós temos uma emenda lá no
854 capítulo 5, que é uma emenda do IBAMA que tem uma recomendação da CTAJ,
855 Avaliar a possibilidade de retirada da expressão, entre aspas 'ou 10 anos de uso'.
856 A emenda do IBAMA, dar uma nova redação ao art. 16 com o seguinte texto: para
857 as fases PROCONVE L7, PROCONVE L8, o fabricante e o importador deverão
858 comprovar mediante ensaio, o atendimento aos limites máximos de emissão de
859 poluentes por 160 mil quilômetros ou 10 anos de uso, o que ocorrer primeiro.
860 Então, há uma alteração no final do artigo, do texto base, que termina ou 10 anos
861 de uso. Então, após 'ou os 10 anos de uso', o que ocorrer primeiro. Alguém quer
862 fazer a defesa dessa alteração? O Gilberto do IBAMA, por gentileza.

863

864

865 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Bom-dia a
866 todos! Meu nome é Gilberto Werneck, sou analista ambiental do IBAMA. Sobre
867 essa alteração proposta, a retirada da expressão 10 anos de uso, que era uma
868 possibilidade aventada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, ela foi
869 considerada uma questão de mérito, só que o esclarecimento necessário pra
870 permanência dos 10 anos de uso, ela deve ser justificada do ponto de vista de
871 que, pra fins de homologação a gente não vai fazer um teste, obviamente, que
872 dure 10 anos de ensaio no laboratórios. Só que a durabilidade das emissões pra

873 um veículo em uso, ou seja, uma possível inspeção veicular, é fundamental que a
874 equivalência da durabilidade seja feita pra 160 mil quilômetros ou 10 anos de
875 usou, ou o que ocorrer primeiro. Então, a proposta do IBAMA é, colocando essa
876 frasezinha no final, essa pequena expressão, justificaria a permanência dessa...
877 Desse 10 anos no artigo. Seria isso senhores.

878

879

880 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – (...) Gilberto. Eu
881 abro a palavra, se algum (...) gostaria de fazer a defesa do texto base? Não
882 havendo nenhuma manifestação, em regime de votação. Quem é favorável ao
883 novo texto proposto pelo IBAMA, para o art. 16 do texto base, por favor, se
884 manifeste? Muito obrigado. Quem é contrário? Não há votos contrários. Quem se
885 abstém? Não há abstenção. Aprovado o novo texto base. Muito obrigado senhores
886 Conselheiros. O próximo... A próxima emenda é lá no art. 32, há uma
887 recomendação da CTAJ ao plenário, verificar a possibilidade de retirada da
888 menção a Resolução CONAMA do § Único. O texto seria o seguinte: os critérios
889 para avaliação de conformidade de produção, deverão ser estabelecidos por
890 instrução normativa do IBAMA, de acordo com o prazo estabelecido no caput. O
891 texto base é o seguinte, os critérios para avaliação de conformidade de produção
892 deverão ser estabelecidos em Resolução CONAMA ou Instrução Normativa
893 IBAMA, de acordo com o prazo estabelecido no caput. Então, por recomendação
894 da CTAJ haveria supressão da Resolução CONAMA. Alguém gostaria de fazer a
895 defesa dessa... Dessa nova proposta? Por favor, Doutor Sidarta, com a palavra.

896

897

898 **O SR. SIDARTA JORGE DE AZEREDO SOUTO (MMA)** – Senhores, só fazer um
899 esclarecimento, na verdade, não é uma defesa da proposta, tá? A avaliação da
900 CTAJ foi que a Redação original, Resolução CONAMA ou Instrução Normativa do
901 IBAMA, ela não trazia segurança jurídica suficiente, uma vez que não se define na
902 Resolução quem há de definir. Então, a orientação da CTAJ foi para que o
903 Plenário decidisse se seria uma Resolução CONAMA ou uma Instrução Normativa
904 do IBAMA. Então, o IBAMA está trazendo uma emenda propondo que seja uma
905 Instrução Normativa do IBAMA. A ponderação da CTAJ é tão somente que ficasse
906 definido qual o ato normativo que iria tratar do tema, não deixar um 'ou' sob pena
907 de deixarmos em segurança jurídica. E aí deixo a palavra agora pro IBAMA ou
908 diretamente pra votação do Plenário.

909

910

911 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mesa, o
912 Gilberto do IBAMA.

913

914

915 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Gilberto
916 IBAMA. Obrigado Doutor Sidarta. É exatamente essa ponderação que foi feita pelo
917 IBAMA e com a... Trouxemos a proposta justamente porque, como teremos que
918 estabelecer esse sistema de avaliação da conformidades, nada mais lógico do que

919 pudermos estabelecer seus critérios. Então, a gente concordou com a insegurança
920 jurídica apontada pela CTAJ e propôs essa melhoria e aperfeiçoamento do texto.
921 Obrigado.

922

923

924 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
925 Gilberto. Alguém gostaria de fazer (...) a defesa do texto base? Não havendo
926 manifestação, em regimento de votação. Quem é favorável à nova redação
927 proposta pelo IBAMA, por gentileza se manifeste? Obrigado. Quem é contrário?
928 Não há votos contrários. Quem se abstém? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 abstenções. Muito
929 obrigado senhores Conselheiros e Conselheiras. A próxima emenda ela acontece
930 lá no artigo... Desculpa. No art. 34, há uma recomendação da CTAJ ao Plenário
931 quanto aos art. 2º e 3º. Conforme explicados pela área técnica presente na
932 reunião da CTAJ, ficou esclarecido que não se trata de alteração redacional da
933 Resolução CONAMA nº 15 de 95, mas sim, de adição ao seu texto, razão pelo
934 qual sugere-se que o tema seja debatido por meio de emenda em plenário. Então,
935 embaixo nós temos um art. 35, né? Dada uma nova redação, eu pediria ao Doutor
936 Sidarta, por gentileza, que fizesse os esclarecimentos necessários.

937

938

939 **O SR. SIDARTA JORGE DE AZEREDO SOUTO (MMA)** – Senhores, aqui
940 também, primeira observação, recomendação da CTAJ ao Plenário quanto aos
941 art. 2º e 3º, é porque esse art. 35 que foi colocado aqui, ele figurava originalmente
942 como art. 2º da Proposta de Resolução e que até por uma questão de técnica
943 legislativa nós o transmudamos para o final da Resolução, passando a figurar
944 como art. 35. Ocorre que, da leitura da artigo como proposto depreende-se que,
945 uma vez entrado em vigor a fase L7 e L8, haveria a mudança dos § 1º e 2º... 1º, 2º
946 e 3º... Do art. 1º da Resolução nº 15. Então, nós estaríamos dando um nova
947 Resolução. Ocorre que durante os debates os membros das Câmaras Técnicas da
948 Câmara Técnica de Qualidade do Ar, tanto do setor produtivo quanto do IBAMA,
949 nos alertaram que na verdade não era isso que se tratava. As redações que vão
950 ser dadas ao art. 1º, aos parágrafos do art. 1º, na verdade elas não são uma
951 alteração, e sim uma edição ao texto. Daí porque nós sugerimos, então, que
952 ambas as partes, setor produtivo, e IBAMA, trabalhassem numa redação conjunta
953 a ser proposta, que viria a ser o art. 1º A, que seria acrescido a Resolução nº 15
954 de 1995, e não a alteração da redação anterior. Tá? Então, daí surge a proposta
955 que vem a baila pra aprovação dos senhores pelo IBAMA.

956

957

958 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
959 Doutor Sidarta. Eu pergunto ao Plenário se vocês se sentem esclarecidos quanto
960 a justificativa apontada pelo Doutor Sidarta? Não havendo manifestação, em
961 regime de votação. Quem é favorável à nova emenda proposta pelo IBAMA, com
962 os argumentos apresentados pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio
963 Ambiente, por favor, se manifeste? Quem é contrário? Não há votos contrário.
964 Quem se abstém? Uma, duas, 3, 4, 5, 6, 7, 8 abstenções. Tem uma abstenção ali

965 atrás da câmera, não é isso? Obrigado. Bom, temos agora, então, a última
966 emenda, que seria a inclusão do art. 36, que é uma emenda proposta pelo IBAMA,
967 que tem o seguinte texto: a partir da fase PROCONVE L7 os (...) com
968 características especiais para uso fora de estrada, conforme definidos pelo § 3º do
969 art. 1ª da Resolução CONAMA 1595, poderão atender aos limites de emissão de
970 gases e de ruído, estabelecido para veículos leves comerciais. O IBAMA gostaria
971 de prestar esclarecimento, por gentileza?

972

973

974 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Bom, não se
975 trata de uma adição do art. 36. O art. 37 é que tá numerado errado. Então, é uma
976 proposta substitutiva ao art. 37 colocado em tela.

977

978

979 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.

980

981

982 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Justamente
983 pra agora entender a alteração de classificação dos veículos proposta no artigo
984 anterior, que é uma alteração da Resolução 15 de 95, é necessário agora dar um
985 comendo, que quando houver a nova gratificação esses veículos passem a
986 atender aí, os limites de emissão proposta na Resolução. Seria isso.

987

988

989 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
990 Gilberto. Pergunto aos senhores Conselheiros se existe alguma manifestação pra
991 defender o texto base? Não havendo, não havendo, eu, por gentileza, em regime
992 de votação. Quem é favorável à inclusão da emenda do IBAMA, por gentileza se
993 manifeste? Muito obrigado. Quem é contrário? Não há votos contrários. Quem se
994 abstém? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 abstenções. Muito obrigado. Há também uma inclusão
995 de um glossário. No texto aquela emenda anterior foi... Finalizou. Há uma emenda
996 do IBAMA de acrescentar um glossário com vários, com várias definições de
997 siglas aqui. Eu acredito que isso só dá mais clareza a Resolução. Acho
998 dispensável a explicação da necessidade desse glossário. Então, pergunto aos
999 senhores se eu posso botar em regime de votação. Quem é favorável à inclusão
1000 do glossário, por gentileza se manifeste? Muito obrigado. Quem é contrário? Não
1001 há votos contrários. Quem se abstém? Não houve abstenção. Aprovado por
1002 unanimidades. Bom, passamos agora pra segunda... Segunda proposição de
1003 Resolução, no dia de hoje, que é o processo que trata da proposta de Resolução
1004 que estabelece a fase PROMOT M5, de exigências de um programa de controle
1005 da poluição do ar, por motocicletas e veículos similares, PROMOT, para controle de
1006 emissões de gases poluentes, e de resíduo por ciclomoteres, motocicletas, e
1007 veículos similares novos, e dar outras providências.

1008

1009

1010 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1011 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
1012 minutinho, por gentileza. A Doutora Zuleica pediu a palavra anteriormente?

1013

1014

1015 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Bocuhy
1016 fazendo pedido de vistas. Como a matéria tá em regime de urgência, a gente
1017 precisa de votação pro pedido de vistas.

1018

1019

1020 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O senhor
1021 poderia justificar o seu pedido de vistas, por gentileza, Doutor Bocuhy? Lembrem-
1022 se os senhores que a gente estabeleceu um compromisso tácito de finalizar o ano
1023 (...).

1024

1025

1026 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – (...).
1027 Em primeiro lugar nós temos 26 bilhões e 500 mil motos no Brasil. Segundo lugar,
1028 Estados como (...), como São Paulo tem 5 milhões e 700 mil motocicletas. Cidade
1029 de São Paulo tem um milhão e 200 mil motocicletas. Rodando em São Paulo nós
1030 temos 200 mil motoboys. Os motoboys rodam 40 a 60 mil quilômetros por ano, o
1031 que significa que um catalisador de moto, estabelecido conforme a Resolução
1032 coloca, 18 mil quilômetros, ele é gasto em menos de 6 meses. Uso normal de
1033 moto em São Paulo, segundo dados da CETESB é de 12 mil quilômetros por ano.
1034 Ou seja, um catalisador sai de fábrica com durabilidade de 18 mil quilômetros, é
1035 gasto por um usuário comum na faixa de um ano e meio. Uma moto ela produz
1036 óxido de hidrogênio, propulsores de ozônio troposférico, que levam a saturação
1037 em áreas como São Paulo, e outra grande regiões metropolitanas, e isso é num
1038 nível de poluição que equivale uma moto a 5 veículos. Então, levando em
1039 consideração que você pode ter situações em que os catalisadores são
1040 insuficientes e você tem uma frota enorme rodando nas regiões metropolitanas,
1041 nós vamos ter um total de poluição gerado, a partir de cada ano de lançamento de
1042 frota com catalisador insuficiente, na faixa aí de milhões de toneladas de óxido de
1043 nitrogênio, hidrocarbonetos e isso significa um fator muito forte de poluição
1044 atmosférica. Na nossa demanda e o pedido de vistas, se deve a tentativa de
1045 conciliar uma durabilidade maior dos catalisadores do Brasil, porque esse valor
1046 adotado no Brasil foi copiado do padrão europeu. O padrão europeu, por questão
1047 climática e por não haver tanto uso de motocicleta, do uso intenso, 20 mil na
1048 Europa, 18 mil quilômetros, é suficiente pra uma garantia eficaz. Então, nós
1049 demandaríamos pra eficiência dessa Resolução uma durabilidade maior dos
1050 catalisadores e, além disso precisaríamos implementar a inspeção veicular
1051 obrigatória. Temos uma dificuldade com isso, que a evasão de motocicletas lotada
1052 em São Paulo é de 50% durante o processo. Então, eu creio que com essas
1053 minhas justificativas eu posso dar uma dimensão do problema aos senhores, que
1054 se reverte como consequências à saúde pública da população. Então, o pedido de
1055 vistas justifica uma argumentação mais sólida no sentido de conseguir que a
1056 indústria, ela decida em favor da saúde pública, custo pra saúde pública e regiões

1057 metropolitanas brasileiras, nas 26 regiões, grandes cidades brasileira, é estimado
1058 pela Universidade de São Paulo em 1 bilhão e 700 milhões de dólares por ano.
1059 Então, não justifica uma economia da indústria pra entender apenas os interesses
1060 do setor produtivo e sim, nós temos que fazer essa conta de forma correta, só
1061 pesando o que a sociedade paga por isso. Essa é a justificativa. Obrigado.

1062
1063

1064 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1065 Tenho inscrito o Wanderley pela CNI, a Zuleica pela APROMAC. Por gentileza. E
1066 temos depois o Gilberto pelo IBAMA. Com isso a gente encerra as discussões e
1067 pelo Regimento a gente colocaria em votação a aprovação ou não do pedido de
1068 vistas. Desculpa. Tem o Rui também, pela CETESB. Ok?

1069
1070

1071 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderley, CNI. Bom-dia
1072 senhores Conselheiros e Conselheiras. A CNI tem preocupação com relação ao
1073 ponto de durabilidade. Também achamos que o tema foi debatido e aprovado de
1074 maneira muito rápida dentro da Câmara Técnica. Achamos que há necessidade
1075 de um esclarecimento maior aos senhores Conselheiros, com mais prazo. Temos
1076 muitos outros elementos, obviamente que não converge com o pedido do Doutor
1077 Carlos Bocuhy, mas achamos que sim, em se aprovando o pedido de vistas a CNI
1078 acompanharia o pedido de vistas pra essa proposta de Resolução. Obrigado.

1079
1080

1081 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – (...) Wanderley.
1082 Nós temos (...) Doutora Zuleica, por gentileza a APROMAC, em seguida do
1083 Gilberto do IBAMA e Rui da CETESB. E quem mais? Tá ok. Muito obrigado.
1084 Zuleica, por gentileza.

1085
1086

1087 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Então, eu também participei da discussão
1088 na Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão de Resíduos, inclusive neste
1089 caso em especial a gente sentiu muita falta de justificativas técnicas, né? Para
1090 determinadas datas e comandos que foram dados na Resolução. Nós não fomos
1091 ouvidos, né? As justificativas técnicas não apareceram na mesa. Isso que a gente
1092 tá falando de uma Câmara Técnica, né? Alguém hoje de manhã veio aqui
1093 defender, que todos que vem aqui pro CONAMA, eles vem com o objetivo de
1094 defender o meio ambiente, né? Eu achei até bem engraçado isso, porque é o que
1095 eu menos vejo. É o que eu menos vejo nas Câmaras Técnicas. O que eu mais
1096 vejo são interesses políticos e um total desprezo pela ciência e pela técnica. Né?
1097 E principalmente total desprezo, portanto, pela estatística, não são apresentadas,
1098 nunca são apresentadas planilhas, a indústria não apresenta nada, ela só diz o
1099 que ela quer e todo mundo baixa cabeça. Então, foi isso que aconteceu na
1100 Câmara Técnica. Né? Então, esse é o CONAMA, esse é o verdadeiro CONAMA,
1101 né? Quando ele é radiografado é assim que aparece, né? Não é à toa que o
1102 Ministério Público teve que intervir na questão de qualidade do ar, não é à toa

1103 mesmo, né? Foi uma... Foi a última cartada que a democracia poderia ter dado.
1104 Né? E ainda por cima a gente tá falando da vida de milhões de pessoas. Então,
1105 ninguém tá nem aí. Né? Porque se você pode colocar um catalisador numa moto
1106 que custa, sei lá, 100, 150 reais e você diz, olha, eu só posso colocar esse
1107 catalizador que já existe, daqui 5 anos, pra vocês brasileiros. É porque tá
1108 menosprezando realmente a saúde das nossas crianças, né? Bem diferente da
1109 Suécia, né? Onde eles tem mais de 300 pessoas trabalhando na área de químicos
1110 e quando eu perguntei: por quê que vocês dão tanta importância pra (...)? Aqui no
1111 Brasil nós temos uma equipe de 5 pessoas no Ministério do Meio Ambiente. Né? É
1112 o que nós temos pro país inteiro. Olha o tamanho da Suécia. Aí ela disse pra mim,
1113 a funcionária: é porque nós nos preocupamos com as nossas crianças. Essa foi a
1114 resposta da funcionária da Suécia, quando veio aqui nos contar por quê que eles
1115 tem tanta preocupação e colocam tantos recursos e são tão sérios nas políticas
1116 que eles implementam. Então, é por isso que a gente queria pedir vistas, né? Pra
1117 poder dar tempo pra indústria, que nos apresente as justificativas que até agora
1118 não vieram e que, inclusive nós pedimos por ofício e foi protocolado na última
1119 reunião da Câmara Técnica. A gente solicitou ao representante da equipe, né?
1120 Que estava lá representante a CNI, que nos apresentasse, então, os dados
1121 estatísticos, tudo que eles tem pra justificar por quê que eles só podem proteger
1122 as nossas crianças daqui 5 anos, 10 anos, não sei. E eles ainda não
1123 responderam. Então, se a gente pedir vistas, talvez dê tempo, talvez não tenham...
1124 Tivessem tido tempo, né? Até agora, talvez quem sabe até a próxima reunião eles
1125 tenham de apresentar as planilhas, pelo menos pra gente ficar um pouquinho
1126 mais... Se sentir um pouquinho mais confortável, sabendo que realmente, quais
1127 são as verdadeiras dificuldades e ver se a gente pode ajudar eles também.
1128 Obrigado.

1129

1130

1131 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1132 Zuleica. Então, nós temos inscritos ainda, o Gilberto pelo IBAMA e o Rui pela
1133 ABEMA. Tem algum outro Conselheiro que gostaria de se manifestar sobre os
1134 pedidos de vistas? Por gentileza. Você podia se identificar quando você vier? Já
1135 venha pra tribuna. Obrigado. Gilberto.

1136

1137

1138 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Obrigado
1139 Deusdará. Só gostaria de fazer uma defesa do quê que foi o trabalho, justamente
1140 técnico, realizado na Câmara Técnica e por quê que esse pedido entrou em
1141 regime de urgência no CONAMA. As motocicletas, elas têm um programa próprio,
1142 titulado PROMOT, ele é complementar aí, aos controles de emissões
1143 estabelecidos no PROCONVE e a gente tem uma defasagem de tempo de, desde
1144 2014 que a gente não tem normativas, regulamentações novas sobre motos. É
1145 fundamento que o Brasil passe e adote limites mais restritivos, mais rigorosos pra
1146 emissões de motocicletas, uma vez que se constitui de uma frota, importante
1147 emissora de poluentes no País e a gente teve um trabalho de 2ª nos, a partir de
1148 janeiro de 2017, com discussões técnicas, colocação da proposta apresentada em

1149 Consulta Pública, aumento de debate com o MMA, com apresentação na CAPE,
1150 com apresentações de seminários técnicos com valores, com resultados. A
1151 CETESB com agente técnico conveniado ao IBAMA pra implementação do
1152 PROCONVE, fez a disponibilização de todos os dados técnicos, as tecnologias
1153 existentes no País. Por quê que a gente tá aproximando o modelo regulatório na
1154 Proposta de Resolução com o regulamento europeu. Todas as discussões foram
1155 feitas. O resultado final que a gente teve na Proposta de Resolução é um
1156 resultado, o melhor para o Brasil nesse momento. Então, a gente colocou um
1157 alinhamento, né? Fazendo aqui a defesa que eu tinha preparado justamente pra
1158 fase do PROMOT M5, que propõe-se o alinhamento da M5 com a já publicada
1159 regulamentação Euro 5, que entrara em vigor na Europa, a partir de 2020, com
1160 consolidação em 2021 pra todos os modelos. Considerando aí, uma necessidade
1161 de adaptação as condições nacionais, estimou-se ser possível a entrada em vigor
1162 em 2023 pra novos modelos, em 2025 para todos os modelos existentes e
1163 comercializados no País. A proposta ela estabelece limites mais rigorosos para
1164 hidrocarbonetos, monóxido de carbono, óxido de nitrogênio e material particulado,
1165 ainda determinou-se o limite pra emissão de aldeídos, para o controle das
1166 emissões das motocicletas do tipo Flex, tecnologia só existente no Brasil. A M5
1167 também introduz a exigência de requisitos no sistema de diagnóstico abordo,
1168 conhecidos como OBD, inéditos no País. As motocicletas estarão equipadas com
1169 sistemas que monitoram qualquer falha do circuito eletrônico do sistema de
1170 controle de emissões e alerta para a sua deterioração, indicando a necessidade
1171 de manutenção ou reparo. O Brasil, diferentemente da Europa, utiliza muito mais
1172 veículos de duas rodas como meio de trabalho e transporte. Por essa razão as
1173 motos mais comuns, com velocidade máxima menor que 130 quilômetros por
1174 hora, terão que garantir o atendimento aos níveis de emissão por uma
1175 quilometragem de 35 mil quilômetros, valor este que é 75% superior aquele
1176 estabelecido pela Normativa Europeia, a qual a gente tá seguindo como modelo,
1177 que estabelece hoje um limite de 20 mil quilômetros para a durabilidade das
1178 emissões. Ao provar essa Resolução do CONAMA estará dando continuidade ao
1179 Programa Nacional abrangente, que trata a poluição do ar por motociclos e que
1180 vem garantindo a qualidade da ar em nossas grandes cidades. Essa defesa
1181 complementar aí, ao que a gente acabou de aprovar (...) L7, L8, é um
1182 compromisso assumido por esse Conselho nesse momento, onde uma transição
1183 de Governo poderia colocar em cheque ou demorar, estender o tempo de
1184 discussão necessário à entrada em vigor o mais breve possível dessas medidas.
1185 Por esse motivo a gente já manifesta aqui essa contradição que foi apontada aqui,
1186 em pedido de vistas por mais tempo, um tema que já está sendo longamente
1187 debatido, com dados técnicos e uma proposta consolidada. Já passando a
1188 palavra, então, pro Rui, pra fazer uma complementação, como o Governo de São
1189 Paulo.

1190
1191
1192
1193
1194

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Rui pela ABEMA.

1195 **O SR. RUI DE ABRANTES (Cetesb)** – Bom dia a todos! Rui de Abrantes da
1196 CETESB. Nós estamos discutindo o PROMOT M5 há pelo menos 2 anos. Na
1197 última reunião técnica nós perdemos muitas horas, justamente discutindo essa
1198 questão da durabilidade das motocicletas e foi um processo bastante árduo, acho
1199 que pra todas as partes. Inclusive, naquele data foi uma proposta em que a
1200 Abraciclo votou favoravelmente ao que está proposto. Então, eu gostaria de
1201 desaconselhar ao senhor Bocuhy o pedido de vistas a essa proposta, justamente
1202 pela urgência, e pelo problema que representa as emissões de motocicletas nos
1203 grandes centros urbanos, e em algumas cidades. No caso específico da cidade de
1204 São Paulo, em termos de emissões de poluente, nós estamos falando 15%. A
1205 frota de motocicleta é 11%, mas devido à intensidade de uso as emissões de
1206 poluente corresponde a 15%. Muitas cidades, pequenas cidades interioranas a
1207 frota de motocicletas ela é superior à frota de veículos. Então, assim, no meu
1208 entendimento a aprovação do PROMOT M5 hoje, em nada prejudica, em 2019, a
1209 gente iniciar uma discussão de um PROMOT M6, aonde a gente pode, então,
1210 nos... Poderemos nos aprofundar na questão da durabilidade e talvez avançar aí,
1211 justamente no avanço de ter uma durabilidade maior, que no entendimento da
1212 CETESB se faz necessário. Então, eu gostaria de sugerir, pelo menos garantir a
1213 durabilidade que se tem aqui. Ela é mais severa do que o requisito europeu,
1214 justamente por nós termos um perfil de frota significativamente diferente do perfil
1215 de frota europeu, que nós temos o maior número de motos de baixa cilindrada.
1216 Então, minimamente vamos garantir o pouco que conseguimos conquistar até
1217 esse momento. Em 2019 eu abraço essa ideia da gente aprofundar nessa
1218 questão de avançar na discussão da durabilidade.

1219

1220

1221 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1222 Doutor Rui. Por gentileza, Doutor Bocuhy.

1223

1224

1225 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Olha,
1226 eu gostaria de que a gente tivesse mais clareza pra tratar essa questão das
1227 motos. A questão é a seguinte, o prazo previsto, colocado pela indústria é 2023.
1228 Ou seja, a indústria quer 4 anos pra aumentar o prazo de durabilidade do
1229 catalizador. Isso significa o seguinte, que nós vamos ter 2019, 2020, 2021, 2022,
1230 com frotas de motocicletas com catalisadores baratos, baratos, porque de baixa
1231 durabilidade, e insuficientes. Então, eu não posso, dentro do meu conceito de
1232 proteção da saúde, acordar com a visão da CETESB, que pretende lançar isso pra
1233 uma norma futura. A questão é a produção que a gente decide agora. É a
1234 indústria, que eu estou vendo os representante aqui, podem perfeitamente, dentro
1235 de 2ª nos no máximo, anteder um prazo melhor pra sociedade adaptando os
1236 catalizadores. É uma questão de investimento pra indústria, nós sabemos disso,
1237 que não há tanta dificuldade tecnológica com relação a motor. Trata-se do
1238 catalisador. Custa mais caro um catalisador que dura mais, porque vão metais
1239 preciosos dentro do catalisador e isso representa um custo maior pra indústria.
1240 Então, o que nós estamos falando aqui, é pedindo que a indústria, ela conceda a

1241 sociedade o que ela merece, a proteção ambiental, dentro do menor prazo
1242 possível. O que nós estamos tratando aqui, na verdade, não é de uma
1243 discordância com relação ao que tecnicamente foi colocado. Trata-se de prazo,
1244 apenas isso. Se a indústria concordar, e não respondeu, pela justificativa com
1245 relação à dificuldade técnica dessa adaptação, porque não há, nós sabemos que
1246 tecnicamente não há, o que ocorre é uma questão de boa vontade. O que vai ser
1247 votado aqui, hoje, no CONAMA, é pela boa vontade ou não pela indústria, de ela
1248 socorrer mais a sociedade do que o seu interesse econômico. Então, eu faço
1249 apelo pra que esse CONAMA decida por um pedido de vistas, que nos dê a
1250 oportunidades de tirar da indústria um prazo melhor. É isso mesmo senhores, tirar
1251 da indústria um prazo melhor, que atenda a saúde pública. A questão que está
1252 aqui colocada é muito simples. É isso.

1253

1254

1255 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Há
1256 alguma inscrição adicional. O companheiro Lacerda do Estado do Amazonas (ah,
1257 desculpa)... Secretário você podia... Eu poderia chamar o Conselheiro que estava
1258 inscrito anteriormente? Por favor.

1259

1260

1261 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Só pedimos
1262 que se identifique no microfone.

1263

1264

1265 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – É, e o
1266 microfone tá caindo, então...

1267

1268

1269 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Talvez tirar...

1270

1271

1272 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Tirar ou socar...
1273 Isso...

1274

1275

1276 **O SR. DANILO FERREIRA GOMES (Ministério das Cidades)** – Deixa eu só
1277 firmar aqui...

1278

1279

1280 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Você e o
1281 Roberto Carlos... Ninguém mais faz isso. *(Risos!)*.

1282

1283

1284 **O SR. DANILO FERREIRA GOMES (Ministério das Cidades)** – Danilo Gomes –
1285 Ministério das Cidades... Eu concordo com o pedido aqui de vista por parte da
1286 CNI. Acredito que nós vivemos um momento econômico difícil no País. E eu não

1287 me sinto seguro como Conselheiro aqui hoje com essa proposta levantada, com
1288 as discussões colocadas aqui dentro do Comitê Técnico da forma (Opa, tá caído
1289 de novo... Tem que apertar mais) E eu não me sinto seguro enquanto Conselheiro
1290 e participante aqui, recentemente inclusive, de deliberar a respeito disso que vai
1291 ter um impacto gigantesco até onde eu tive a oportunidade de conversar com
1292 alguns representantes, inclusive da indústria referente a esse ponto. O problema
1293 principal tá na frota passada. Lógico que a gente tem que se preocupar com a
1294 frota futura. Isso impacta diretamente no desenvolvimento de novos produtos. Há
1295 por parte aqui de vários Conselheiros a convicta afirmação que foi colocada aqui
1296 que isso é meramente uma adequação de prazo, que existe uma viabilidade
1297 técnica. Mas no momento em que a gente exige algo tão superior como está
1298 sendo feito hoje na Europa, em um momento que a indústria mundial trabalha na
1299 uniformização de procedimentos e de padrões, a gente sai disso. A gente começa
1300 a criar uma ilha por mais que seja algo... Por mais que a gente esteja trabalhando
1301 em algo mais rígido que de certa forma o Brasil vai estar um passo à frente do
1302 resto do mundo a gente tem que pensar que esse... Que essa exacerbada
1303 exigência pode ser um limitador e a gente saindo fora dos padrões mundiais a
1304 gente implica uma dificuldade que hoje, nesse momento eu volto a colocar, que o
1305 momento econômico que o País passa, acredito que a indústria precisa de um
1306 novo... De um apoio diferente. Eu sei o que senhores aqui, colegas de Governo
1307 também, têm esse posicionamento firmado, mas pensando enquanto empresário
1308 que também sou, por parte do CONAMA, por parte do Governo a gente tem que
1309 pensar na exequibilidade e temos que fazer tudo para que ao invés de mais
1310 burocratizar que a gente dê um passo adiante em conjunto com a indústria e com
1311 o desenvolvimento ambiental e também econômico do País.

1312

1313

1314 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
1315 Danilo, do Ministério das Cidades. O companheiro Secretário do Meio ambiente do
1316 Amazonas. Do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

1317

1318

1319 **O SR. MARCELO JOSÉ DE LIMA DUTRA (Secretário do Meio Ambiente –**
1320 **SEMA) –** Bom dia. Fim de Governo nem o microfone se sustenta né Deusdará? É
1321 muito rápido. Só pra mostrar que ainda temos um ponto que não agrada nem a
1322 indústria, nem as organizações sociais, que ainda é a discussão sobre a vida útil
1323 dos catalisadores e as emissões. A Europa tá saindo de 18 só pra 20 mil. Nós
1324 estamos com a indústria pedindo para sair dos 18 pra ficar nos 18. Nós queremos
1325 nas manifestações do Fábio Feldmann sair de 18 para 60 e nós ainda precisamos
1326 descobrir, nós precisamos ir de onde pra onde e em que tempo. Então eu acho
1327 precipitado discutir isso sem prazo, mas eu quero fazer só uma provocação nessa
1328 discussão rápida e dizer que a questão ainda é muito maior. Os milhares e
1329 milhares de pontos de peças paralelas que alimentam a frota brasileira. Muito mais
1330 perigoso que o “zero” é os bilhões de peças de origens mais diversas que nas
1331 esquinas alimentam as motos e os carros sem catalisador, porque o catalisador da
1332 moto tá dentro do escapamento e a gente assiste esses escapamentos serem

1333 trocados todos os dias por escapamentos sem nenhum catalisador. E o barulho é
1334 só identificar quando passar do lado. Qualquer barulho alterado é um barulho sem
1335 catalisador. Pra isso o CONAMA não está se preocupando. Pra isso os Governos
1336 não estão se preocupando. Pra isso nós não estamos discutindo. E aí a discussão
1337 é mais forte.

1338
1339

1340 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Eu
1341 tenho... Desculpa Bocuhy... Eu tenho uma inscrição anterior que é da CNM. Por
1342 favor, ela vai passar a palavra para o Doutor Gabriel. E depois eu tenho a Dra.
1343 Suely, depois eu gostaria de finalizar com o Dr. Bocuhy porque eu acho que o
1344 assunto já está bastante, mas não tem nenhum problema. Vou dar sempre, como
1345 sempre a preferência da palavra aos companheiros, mas eu acho que a gente tem
1346 que concluir pra, porque se eventualmente o pedido de visto não for aprovado nós
1347 vamos ter que trabalhar no texto. Dr. Gabriel por gentileza, a pedido da CNM.

1348
1349

1350 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (ANAMMA)** – Bom dia a todos, Gabriel
1351 Branco, eu sou consultor nessa área de poluição veicular já há bastante tempo e
1352 eu gostaria de fazer uma ponderação aqui, que é o seguinte: em defesa do texto
1353 que foi aprovado na Câmara Técnica que nós participamos. Houve uma
1354 discussão, acho que de seis horas, em torno desse tema, onde tinham várias
1355 propostas e reivindicações. A reivindicação que nós mesmos produzimos
1356 ajudando o ministério a fazer era de 60 mil km de durabilidade, porque a moto
1357 utiliza essa quilometragem na sua vida útil e é importante que a gente resguarde o
1358 controle de emissões por essa extensão. Contrariamente a isso veio o argumento
1359 de que na Europa se faz só vinte para as motos menores e 35 para as maiores. E
1360 não seria conveniente do ponto de vista industrial e econômico destoar da Europa,
1361 porque as motos maiores que nós temos, de alta cilindrada, são simplesmente
1362 importadas, não são fabricadas aqui. E se a gente fizer uma exigência diferente
1363 dos 35 mil quilômetros, seria acabada essa importação. Muito bem, a Comissão
1364 teve a lucidez, a Comissão... A Câmara Técnica teve a lucidez de fazer o seguinte:
1365 vamos adotar os 35 mil quilômetros, infelizmente não deu para ser os 60, pra não
1366 cercear a importação das motos de maior qualidade. E vamos elevar a qualidade
1367 das motos pequenas que são fabricadas no Brasil ao mesmo nível de 35 mil
1368 quilômetros. É uma solução ganha-ganha, onde a gente preserva a melhor
1369 qualidade europeia para permitir a vinda de produtos importados e eleva a
1370 qualidade do produto brasileiro ao mesmo nível do melhor produto europeu. Eu
1371 entendo que isso é um acordo ganha-ganha aonde a gente chegou no melhor
1372 acordo possível. O desejável seria melhor que isso, mas não existe em parte
1373 nenhuma do mundo. Voltar para 20 mil quilômetros para fazer a moto brasileira
1374 igual a pior moto europeia também não é recomendável. Então eu tô aqui
1375 manifestando o meu, a minha posição contrária aos dois pedidos de vista. Pedir
1376 vista para tentar elevar a quilometragem acima de 35 mil quilômetros é achar que
1377 o Brasil vai ser melhor que o resto do mundo inteiro. Pedir vistas para baixar para
1378 20 mil quilômetros o produto brasileiro é um retrocesso daquilo que nós já

1379 conquistamos na Câmara Técnica. Por isso eu recomendo que a gente rejeite
1380 esse pedido de vista, seja de um lado ou de outro. Obrigado.

1381

1382

1383 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Eu
1384 registro a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Edson Duarte,
1385 mas eu peço data vênica que eu continue um momentinho aqui de
1386 encaminhamento de um pedido de vistas, depois o senhor, por favor, assume o
1387 comando da reunião. Nós temos inscritos aqui a Doutora Sueli e vamos finalizar
1388 com o Bocuhy.

1389

1390

1391 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Eu vou fazer a
1392 manifestação representando o posicionamento tanto do IBAMA quanto do
1393 Ministério do Meio Ambiente. A nossa postura é na mesma linha da fala do
1394 Gabriel. Nossa demanda era pras pequenas, 60 mil quilômetros. Aceitamos por
1395 proposta da própria indústria, equiparar os 35. Essa é a posição dos dois Órgãos
1396 ambientais, achamos plenamente factível, sem nenhuma possibilidade que isso
1397 inviabilize o setor industrial. E eu também queria chamar a atenção da importância
1398 de nós fecharmos o ano com as três resoluções novas aprovadas. Não tem por
1399 que excluir só a questão das motos e deixar isso pra 2019. O combinado desde o
1400 início, quando nós fizemos todo esse treinamento de votação com as reuniões
1401 extraordinárias era nós frechamos o ano com pesados, leves e motos votado... As
1402 resoluções votadas pelo CONAMA. Então a posição do MMA e do IBAMA é pela
1403 manutenção do texto acordado com os industriais na Câmara Técnica, sem
1404 nenhum tipo de pedido de vista, ou emenda, essa é nossa demanda aí pro
1405 Plenário.

1406

1407

1408 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Conselheiro
1409 Bocuhy por gentileza e com isso eu encerro as manifestações e logo em seguida
1410 nós entramos em regime de votação.

1411

1412

1413 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Só
1414 gostaria de fazer a seguinte ponderação...

1415

1416

1417 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
1418 minutinho... Só o encaminhamento Bocuhy, calma. Com o senhor eu encerro as
1419 manifestações a respeito do pedido ou não de vista, depois eu coloco em regime
1420 de votação para a gente avaliar se continua ou não o processo de discussão.

1421

1422

1423 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Muito
1424 bem, eu escutei aqui a argumentação do Doutor Gabriel, da Doutora Sueli, e aí

1425 nós estamos partindo do seguinte princípio: dos princípios do desenvolvimento
1426 sustentável. Para isso, o Brasil precisa de certa forma se adequar ao mercado
1427 internacional. Mas nós temos outros determinantes que devam a decisão desse
1428 Conselho, que é a defesa dos direitos fundamentais. Se uma norma europeia, um
1429 padrão europeu, no Brasil, ele representa poluição, porque nós temos uma
1430 utilização maior desse veículo, isso daria na mesma coisa de uma planta industrial
1431 ou de qualquer outro elemento. Nós tratamos aqui e não podemos perder foco, é
1432 do controle da poluição. A questão da standardização global é uma questão
1433 secundária pra esse Conselho, na medida em que ele trata aqui prioritariamente,
1434 constitucionalmente da proteção dos direitos fundamentais. E de quem são esses
1435 direitos fundamentais? No caso do ozônio troposférico que a consequência disso é
1436 afetar idosos, crianças e grupos mais vulneráveis, principalmente aqueles que têm
1437 menos recursos econômicos. Então, quando fazemos uma argumentação aqui, ela
1438 não pode ser um sofismo, ela tem que ser uma argumentação que trate
1439 exatamente da nossa perspectiva como Conselho Nacional do Meio Ambiente, da
1440 nossa atribuição, em respeito aos comandos constitucionais. Esse discurso pode
1441 parecer um pouquinho interessante mais para advogado do que para engenheiro,
1442 mas eu diria para os senhores o seguinte o que é importante é a standardização
1443 do pulmão, brasileiro ou europeu. Se a moto vai ter mais utilização aqui, vai afetar
1444 o pulmão do brasileiro, nós temos que ter uma moto, um equipamento de controle
1445 que não afete o pulmão do brasileiro. Então eu acho que as posições aqui
1446 colocadas em contrário a isso são temerárias, não demonstram sustentabilidade
1447 do ponto de vista de proteção da saúde. Não demonstram sensibilidade com o
1448 custo da saúde pública e dão de forma leniente maior prerrogativa à indústria pra
1449 que ela demore nessa implementação. A tropicalização é necessária e a
1450 tropicalização as vezes significa adaptar as condições dos equipamentos
1451 importados para a rodagem em território nacional e não o contrário. Então eu
1452 gostaria que os senhores pensassem nisso. Talvez a gente tenha no pedido de
1453 vistas a possibilidade de conseguir da indústria, um ou dois anos mais, pelo
1454 menos dois anos eu penso, de prazo que permitiria um ganho significativo pra
1455 saúde pública no Brasil. É por isso que nós estamos pedindo aqui esse pedido de
1456 vistas pra dar essa sustentação do ponto de vista jurídico e da ciência médica.
1457 Obrigado.

1458

1459

1460 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
1461 Bocuhy. Conforme o combinado nós estamos então pedidos de vistas, por razões
1462 diferentes, pelo APROMAC, Doutora Zuleica. Pelo Bocuhy da PROAN. Pelo
1463 Vanderlei da CNI. Pelo Governo do Estado do Amazonas e pelo Ministério das
1464 Cidades. Então esses são os cinco primeiros Conselheiros que estão fazendo
1465 pedido de vista. Então, por favor, em votação importante, em regime de votação,
1466 quem é favorável ao pedido de vistas, por favor, se manifeste. Eu pediria aos
1467 meus colegas pra contar o voto, por gentileza. Quem é favorável ao pedido de
1468 vistas? Tem um ali detrás da câmera, é o “ponto terra” né? Isso. Dra. Patrícia
1469 acabou de entrar. Quanto? 30. Quem é contrário por gentileza? 27. Então foram
1470 30 votos favoráveis ao pedido de vista. 27 contrários. (*Palmas!*). Fica aprovado o

1471 pedido de vistas. Pergunto aos senhores Conselheiros e Conselheiras se alguma
1472 outra entidade se é permitido por regimento, pode acompanhar o pedido de
1473 vistas? Se algum, dado que o pedido de vistas foi aprovado, pergunto aos
1474 senhores Conselheiros e Conselheiras se alguma outra entidade quer
1475 acompanhar o pedido de vistas? Por favor, vá ao...

1476

1477

1478 **O SR. NÃO IDENTIFICADO – ANAMMA Nordeste.**

1479

1480

1481 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – ANAMMA**
1482 **Nordeste.** Então nós temos aqui registrados CNI, APROMAC, PROAM, Só um
1483 minutinho... É só pra... APROMAC, PROAM, CNI, Amazonas - Ministério das
1484 Cidades e ANAMMA Nordeste. E GERC. Bom, eu gostaria agora de fazer uma
1485 breve interrupção da continuidade da nossa pauta e convidar o senhor Ministro
1486 Edson Duarte para, por gentileza, presidir a reunião e eu peço a gentileza ao Dr.
1487 Marcelo Marcelino, está aí? Venha cá. Porque com isso Ministro o senhor está
1488 aqui com o representante da presidência do IBAMA. Do Serviço Florestal
1489 brasileiro. Marcelo Marcelino representando ICMBio. O senhor consultor jurídico, o
1490 senhor secretário executivo e a Diretora do CONAMA. Por favor, Marcelo. Com a
1491 palavra, o senhor Ministro.

1492

1493

1494 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente) – Bom, eu**
1495 **quero...**

1496

1497

1498 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Desculpe, Ana**
1499 **Lúcia pela ANA, pra gente fazer a equipe... Desculpa Ana...**

1500

1501

1502 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente) – Muito bem.**
1503 **Aqui com essa boa representação do nosso Ministério, das nossas vinculadas, eu**
1504 **quero fazer uma saudação, eu estou participando da reunião do Conselho**
1505 **Nacional do Desenvolvimento Econômico, que ainda está acontecendo, mas eu**
1506 **pedi licença porque precisava vir aqui, porque esse é o nosso Conselho, pela**
1507 **importância que tem e pelo que representa. É nós trabalhamos durante esse**
1508 **período pra fortalecer a gestão ambiental nacional, os nossos instrumentos, as**
1509 **nossas instâncias, que passam fundamentalmente pelo fortalecimento desse**
1510 **coletivo, desse parlamento nacional que é o Conselho Ambiental, que é o**
1511 **CONAMA. Então eu quero, nesse período em que nós estamos caminhando para**
1512 **o encerramento de mais um ano. No nosso caso, da nossa gestão, cumprimenta-**
1513 **los e agradecer pelo papel e pelo trabalho que cada um dos senhores têm feito,**
1514 **em cada uma das instituições, em cada um dos lugares em que os senhores têm**
1515 **atuado. Esse trabalho tem sido fundamental pra consolidarmos uma política**
1516 **nacional de meio ambiente. Ainda há desafios gigantescos a serem alcançados.**

1517 Nós temos nos dedicado bastante, dentro do Ministério do Meio Ambiente e das
1518 vinculadas, à construção, sobretudo do diálogo, à construção de entendimento e o
1519 fortalecimento das nossas relações federativas com os Estados e Municípios e aí
1520 eu quero aqui cumprimentar a ABEMA pelo trabalho, através dos seus
1521 Secretários, do seu Presidente que aqui está e quero dessa forma também
1522 cumprimentar a ANAMMA e o CB-27 que aqui também estão tão bem
1523 representados e também à Sociedade Civil organizada, o setor produtivo, as
1524 ONG's, os colegas de Governo Federal, dos diversos Ministérios e Órgãos que
1525 aqui também têm atuado. Tem sido muito importante nessa trajetória pra manter o
1526 Brasil com o protagonismo ambiental tão importante e necessário, tanto pra
1527 preservar o ativo ambiental, esse patrimônio natural que nós temos no nosso País,
1528 essa rica biodiversidade, mas também para consolidarmos o modelo de
1529 desenvolvimento sustentável de baixo carbono, cada vez mais moderno, mais
1530 eficiente. Cada vez mais comprometido com a realidade atual. O mundo impõe
1531 essa mudança desse padrão nosso, tanto de produção como também de
1532 consumo. E se tem um País que tem muito a ensinar, mas também muito a fazer,
1533 é o Brasil. Se tem um País que tem grande potencial pra o crescimento e pra
1534 formação e consolidação desse novo modelo de desenvolvimento é o Brasil. É um
1535 País que tem todas as condições pra se destacar no cenário internacional, como
1536 já se destaca, mas pode inverter a curva das notícias negativas da área ambiental
1537 pra notícias somente positivas que fortaleçam o País como nação. Uma nação
1538 importante e estratégica no mercado internacional, mas uma nação que deve se
1539 apresentar diferente do modelo atual. Desse modelo que nós temos visto e
1540 assistido e que tá levando o nosso planeta a condições insustentáveis. O último
1541 relatório do IPCC, eu acho que eu até já fiz referência aqui em outra oportunidade,
1542 mostra que os nossos desafios são gigantescos, os recursos prometidos pelos
1543 países desenvolvidos não são suficientes e lembrando que esses recursos não
1544 estão sendo repassados da forma que os países se comprometeram. Mas eu
1545 tenho dito em todos os foros por onde eu tenho passado: não é motivo e não é
1546 desculpa para que os países não comecem urgentemente a fazer o dever de casa,
1547 a começar pelo Brasil. Todos os países podem e podem fazer muito até porque
1548 muito pode ser feito sem depender de recurso, mas de vontade política, de
1549 mobilização nacional, de mobilização de todos os atores, seja governo, fora de
1550 governo, porque esse novo modelo passa como eu disse por um modelo novo,
1551 diferente, renovado, sustentável de se produzir, mas fundamentalmente na forma
1552 de se consumir. Porque é no consumi que se estabelecem os meios de produção,
1553 de comércio e de negociação. Nós estamos caminhando pra mais uma
1554 conferência do Clima (vigésima quarta), uma conferência importante, uma
1555 conferência que traz interrogações muito fortes. Uma conferência que tem
1556 alimentado, eu diria, mais incertezas do que certezas. Nós do Brasil afirmamos
1557 um acordo com a África, com a Índia e a China no Basic, na semana passada, em
1558 Nova Deli, de que nós queremos que essa conferência feche a implementação, os
1559 detalhes do cumprimento do acordo de Paris. Que o acordo seja implementado e
1560 que novas medidas, mais audaciosas, ousadas, sejam anunciadas. O Brasil está
1561 nesse momento, informação de que estaria decidindo pela não realização da
1562 Conferência do Clima, a vigésima quinta, aqui no Brasil. Quero dizer como

1563 Ministro do Meio Ambiente, de que acho essa posição, que a melhor posição para
1564 o Brasil seria a realização da conferência em nosso País. Temos autoridade pra
1565 isso. Reduzimos nesses quase três anos, 3,8 bilhões de toneladas de CO2 e não
1566 há comparativo em nenhum outro País, sobretudo no setor florestal, nós não
1567 comprometemos em nada o nosso PIB, nosso setor produtivo, ele não está
1568 comprometido. Nós não estabelecemos nenhum limite para o crescimento
1569 nacional. Um período em que nós batemos recorde na safra de grãos, nós mais do
1570 que dobramos as nossas áreas de conservação. Apesar da notícia triste e trágica
1571 do aumento do desmatamento da Amazônia. Trágica. Todo o nosso esforço feito
1572 com nossos fiscais. Limitados, poucos, heroicos fiscais, do IBAMA e do ICMBio,
1573 mas mostra que essa guerra não é guerra só de fiscal ambiental. É uma guerra do
1574 Estado brasileiro. Nós precisamos dos Estados, precisamos dos Municípios,
1575 precisamos da sociedade civil, do setor produtivo, porque o primeiro a apanhar
1576 quando aumenta do desmatamento, de forma equivocada, é o Ministério do Meio
1577 Ambiente, é o Ministro do Meio Ambiente. Batem primeiro na nossa porta quando
1578 nós somos... Estamos entre aqueles que estão se dedicando a combater este
1579 crime de lesa pátria que é o desmatamento ilegal criminoso desse patrimônio
1580 natural brasileiro que é a Amazônia, mas também dos outros biomas como é o
1581 caso do cerrado, que eu espero que não siga no mesmo caminho. Num anúncio
1582 que tá pra sair. Nós temos esse desafio. Esse é um crime em que todo o País tem
1583 que se mobilizar contra, porque eu disse: o primeiro a apanhar é o Ministério do
1584 Meio Ambiente, mas em seguida, logo imediato, e vai acontecer, é o setor
1585 produtivo nacional. Porque o arranjo grave na imagem nacional como está nesse
1586 momento, apesar de termos feito essa redução de gases do efeito estufa, apesar
1587 de termos aumentado a nossa, as áreas de proteção, tanto marinha e territorial,
1588 mas eu quero dizer que essa notícia do desmatamento da Amazônia me deixa
1589 muito triste, mas muito triste como brasileiro, não como ministro, porque tô com a
1590 consciência que nós fizemos tudo, porque foi prioridade número 1. Com reuniões
1591 semanais com toda a nossa equipe. E não era só reunião de controle. Uma junção
1592 de ações de todas as atividades nossas e dos nossos relacionados. Fui em todos
1593 os governadores do Estado da Amazônia, em todos, pra dizer: essa guerra é
1594 nossa porque se perdermos, como perdemos, prejudica todos, indistintamente.
1595 Portanto eu quero aqui fechar, dizer o seguinte: vamos pra mais um ano. A vida
1596 continua, o Brasil continua. O Brasil é maior do que qualquer uma dessas
1597 mudanças ou opiniões, aqui ou acolá. A sociedade brasileira amadureceu e
1598 amadureceu muito. Continua amadurecendo e amadurecendo muito. A questão
1599 ambiental tem tomado uma importância na vida do brasileiro. A sua reação em
1600 relação a esse tema aumenta e aumenta bastante e isso nos traz grande
1601 esperança sempre. O setor produtivo brasileiro que a cada dia que passa se
1602 aproxima mais, compreende que meio ambiente é um diferencial competitivo
1603 importante agora e daqui a muito pouco tempo. E que nós precisamos nos
1604 apropriar disso que nós temos que o resto do mundo não tem pra fazer uma
1605 diferença competitiva pra o futuro. Isso nós temos e precisamos fazer agora
1606 estrategicamente como nação que olha para o futuro, olha para o seu ambiente de
1607 negócio e pras suas estratégias internacionais. Esse é o nosso diferencial e isso
1608 nós temos e aí eu entendo que setor produtivo, movimento ambiental brasileiro

1609 organizado, ativo como poucos no mundo, tão ativo como o que nós temos no
1610 Brasil. A participação da sociedade civil brasileira, sobretudo através das mídias
1611 sociais que criam uma força extraordinária junto às representações políticas do
1612 Brasil. Portanto eu estou esperançoso e estamos fechando essa nossa missão,
1613 mas contem sempre em particular comigo, como um brasileiro esperançoso de
1614 que nós vamos continuar avançando. E aí eu quero parabenizar o CONAMA pelo
1615 papel. Cada um dos senhores que largam suas atividades pra estar aqui, atuando,
1616 defendendo, votando, estudando nas comissões aquilo que é de interesse dos
1617 brasileiros e saber dos senhores que aquilo que nós estamos escrevendo hoje é
1618 com o olhar num horizonte futuro para o futuro do Brasil e dos brasileiros.
1619 Agradecer a cada um de vocês. Obrigado meu presidente aí que tem se dedicado
1620 a esse CONAMA, os nossos membros de ministério. Muito obrigado. *(Palmas!)*.

1621
1622

1623 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1624 ministro. Bom, dando continuidade a nossa reunião, fazer um acordo de
1625 convivência. Nós temos ainda uma moção a ser aprovada ou não, que trata de
1626 apoio à independência dos membros do CONAMA nas Câmaras Técnicas e pela
1627 soberania nas decisões do Plenário, proposta pela ABEMA e temos um informe
1628 técnico que será dado pela Dra. Suely, pelo IBAMA em conjunto com o Germano
1629 que é Secretário do Meio Ambiente em Minas Gerais. Eu pergunto às senhoras e
1630 senhores: poderíamos dar continuidade à nossa pauta e prejudicarmos um pouco
1631 o nosso almoço ou os senhores querem interromper a nossa reunião e voltar na
1632 parte da tarde? Vamos tocar? Muito obrigado. Agradeço muito esse tipo de
1633 comportamento, de dedicação, porque a gente ganha a parte da tarde aí pra tratar
1634 de outros assuntos. Então nós temos uma proposta de moção de apoio aos
1635 membros do CONAMA nas Câmaras Técnicas e há um questionamento, salvo
1636 engano, das ONGs a respeito do regime de urgência da matéria, se foi ou não
1637 corretamente apresentado incluindo a fundamentação. Isso implica na
1638 possibilidade de se pedir vistas automaticamente ou mediante votação. Então, não
1639 sei se o Dr. Sidarta quer falar alguma coisa a respeito do fundamento e aí eu abro
1640 a palavra para o proponente da moção e pra quem é eventualmente contrário a
1641 essa moção. Pois não Doutor Sidarta.

1642
1643

1644 **O SR. SIDARTA JORGE DE AZEREDO SOUTO (MMA)** – Senhor Presidente,
1645 lendo a impugnação que foi apresentada à mesa, o que foi colocado é que não
1646 teria sido fundamentado regime de urgência para aprovação da moção. Ocorre
1647 que pelo art.13 § 3º do Regimento Interno do CONAMA, fica disciplinado que
1648 excepcionalmente proposta de moção poderá ser apresentada e apreciada
1649 durante a reunião do plenário, desde que sua urgência seja reconhecida pela
1650 maioria simples dos Conselheiros. Na 58ª reunião extraordinária, que foi a última
1651 reunião que tivemos, o pleito foi aprovado pela maioria simples dos Conselheiros,
1652 razão pela qual afigura-se como reconhecida a urgência do pedido, ainda que não
1653 tenha se dito expressamente “urgência”. Se ela estava pautada pra apreciação na
1654 última reunião, ela só poderia ser feito mediante esse reconhecimento de urgência

1655 que foi feito mediante a votação dos senhores Conselheiros que aprovaram a
1656 apreciação da moção. Então tem-se, pelo menos na análise jurídica a priori feita,
1657 de que o pedido de urgência foi reconhecido. Uma vez reconhecido o pedido de
1658 urgência pra aprovação da moção, o pedido de vistas necessariamente importa
1659 em votação pelos Conselheiros nos termos do Art. 21, também do regimento
1660 interno.

1661

1662

1663 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Em discussão.**
1664 Doutor Bocuhy, por gentileza.

1665

1666

1667 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM) – Nós**
1668 fizemos um questionamento com relação a não especificamente Doutor Sidarta à
1669 questão que o senhor se remete, que é a votação. A votação houve, nós
1670 reconhecemos que houve, mas foram dois pontos: primeiro, na medida em que foi
1671 apresentada a moção isso demandava uma justificativa. A justificativa, ela existe
1672 no site do próprio CONAMA um requerimento, que é o requerimento modelo que
1673 ele trata da forma como deve ser apresentado o pedido de vistas em medida de
1674 urgência. Isso é mantido no site do CONAMA para orientação em respeito ao
1675 Regimento Interno. Do modo que a Mesa acatou a proposta de moção havia a
1676 solicitação de regime de urgência, porém pra nós está cabalmente comprovado
1677 que não havia a justificativa nem de acordo como o Regimento coloca e nem de
1678 acordo com o requerimento que existe no site do CONAMA para orientação desse
1679 procedimento. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que então, quanto
1680 houve a votação, a própria bancada ambientalista não entendia, não compreendia
1681 que aquilo era um regime de urgência. Estava, foi colocado nas palavras da
1682 própria... Na própria transcrição, que estava sendo submetida à votação a
1683 Plenária, mas não houve nenhuma citação de pedido de urgência. Então em
1684 função de um vício processual que deu início à entrada do processo e da
1685 condução depois que agrava a situação, não houve nenhuma objeção do
1686 movimento ambiental em relação à moção. A moção em si, qualquer um tem o
1687 direito de apresentar a moção que seja, mas o regime de urgência necessita de
1688 justificativa, não é? Então nesse sentido é que nós estamos questionando a
1689 possibilidade de que se vote essa resolução de forma muito rápida, sem que haja
1690 a possibilidade de um pedido de vistas e de maiores contribuições, já que ela trata
1691 no seu tema de um tema que é importante pra todos nós que é a independência e
1692 a soberania do Conselho, não é? Essa questão afeta a todos nós ambientalistas,
1693 ao setor produtivo, a todos nós. Enfim. É isso.

1694

1695

1696 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado**
1697 Bocuhy. O nosso representante do Estado do Rio de Janeiro.

1698

1699

1700 **O SR. MARCUS DE ALMEIDA LIMA (Presidente do INEA-RJ)** – Bom dia a
1701 todos. Boa tarde já eu acho. Marcus lima, presidente do INEA, representando o
1702 Estado do Rio de Janeiro e aqui representando a ABEMA no que diz respeito a
1703 essa questão da moção. Eu gostaria de dizer que talvez os Conselheiros não
1704 estejam avaliando a gravidade da situação, não é? Estar discutindo aqui se isso
1705 deveria ser votado em regime de urgência ou não, já acho extremamente
1706 preocupante. Eu acho preocupante que nós Conselheiros, independente da
1707 origem ou da classificação, nós tenhamos a compreensão de que quem está
1708 afetado por esta postura não do Ministério Público, mas especificamente de um
1709 representante do Ministério Público, eu custo a acreditar que essa seria a postura
1710 do Ministério Público enquanto entidade, afeta frontalmente, gravemente, o caráter
1711 democrático desta Instituição. O CONAMA é um instrumento de democracia
1712 participativa da maior importância como já foi falado aqui pelo nosso Ministro em
1713 reuniões passadas, provavelmente um dos principais espaços de decisão no que
1714 diz respeito à política ambiental brasileira. Se nós enquanto Conselheiros tivermos
1715 que ter medo cada vez que nós formos tomar uma decisão aqui, seja ela em qual
1716 direção for, no meu modo de ver fica totalmente comprometida o próprio princípio
1717 da existência do CONAMA. Então, se a gente tá aqui sequer cogitando se essa
1718 matéria é de urgência ou não, já se passaram se eu não me engano mais de seis
1719 meses desde que esse fato lamentável aconteceu e com certeza no meu modo de
1720 ver nós já perdemos o “time”. Mas eu acho que a gente não deve perder a
1721 oportunidade ainda que tardia de fazer essa manifestação e também já
1722 informando aqui que parece que houve uma mudança no direcionamento dessa
1723 moção, que essa moção a agora seria direcionada não ao promotor, ao
1724 procurador, enfim, mas é pra ser direcionada ao Conselho Nacional de
1725 Promotores, então eu acho que isso também foi uma mudança importante. Mas eu
1726 gostaria de frisar mais uma vez, nós estamos nos manifestando tardiamente
1727 quanto a uma questão que vai direto no âmago aqui da participação de cada um
1728 de nós, seja do setor público, seja do setor industrial ou da sociedade civil
1729 organizada. Eu acho muito importante que vocês reflitam sobre isso e que a gente
1730 possa aprovar essa moção hoje mesmo pra que a gente não perca o time dessa
1731 importante manifestação. Obrigado. (*Palmas!*).

1732

1733

1734 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu tenho
1735 inscrito a Zuleica da PROMAC. O Secretário do movimento sustentável do
1736 Amazonas, o Bocuhy (me desculpa, eu esqueci seu nome)... O Eduardo.

1737

1738

1739 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu só queria colocar em ordem aqui a
1740 discussão porque nós estamos conversando e dialogando sobre a importância do
1741 cumprimento do Regimento Interno. Esse é o tema da conversa aqui. Não é o
1742 mérito da moção. Ninguém tá discutindo se a moção é boa se é ruim, pra quem
1743 que ela vai ser entregue nada. Veja: não é perigoso discutir o cumprimento da Lei.
1744 Perigoso é quando um agente público chega aqui e diz que o cumprimento da Lei
1745 não é necessário. O Regimento Interno é a nossa carta. Eu também não gosto do

1746 Regimento Interno. Eu acho que tem muitos problemas no Regimento Interno,
1747 precisa ser corrigido. Não é uma “Brastemp”. Mas é, se nós vamos ou não cumprir
1748 o Regimento Interno é o tipo da questão que jamais alguém deveria vir aqui
1749 colocar, principalmente alguém que tá ocupando um cargo de direção e que tem
1750 que dar o exemplo, né? O exemplo é: “Sim, realmente nós erramos, apresentamos
1751 um ofício de requerimento de urgência que não cumpre o artigo 18 do Regimento
1752 Interno, portanto pedimos desculpa aos senhores por termos cometido esse erro,
1753 não foi intencional”. Ninguém burla o Regimento Interno intencionalmente, né?
1754 (Quero crer). E esse regime de urgência não é válido. Até na própria transcrição
1755 em nenhum momento o Plenário foi informado de que estava votando em um
1756 suposto regime de urgência pra tramitação de uma moção e em nenhum momento
1757 o próprio ofício foi lido porque se ele fosse lido pela Mesa, a gente teria percebido
1758 na hora que não tinha justificativa nenhuma no Ofício. O Ofício não foi publicado
1759 infelizmente, mas nós conseguimos cópia dele ontem à tarde e ontem à tarde
1760 então a gente viu que realmente houve um... Eu não diria burla do Regimento
1761 Interno, porque acho que foi um... Quero acreditar um pouco no meu País, e acho
1762 que foi sem querer, não sabiam. Mas o fato é que existe um modelo publicado no
1763 site do CONAMA, produzido pela própria equipe do CONAMA, em que nesse
1764 modelo de requerimento de pedido de urgência de tramitação tem várias linhas em
1765 branco pra pessoa colocar as justificativas. Então isso é uma exigência do
1766 Regimento Interno. Então eu tô falando várias vezes a mesma coisa pra dizer que
1767 no fundo é uma questão de moralidade, né? Nós temos que acreditar no
1768 CONAMA, nós queremos fortalecer o CONAMA e daí nós vamos burlar o
1769 Regimento Interno? Eu acho que fica um pouco desequilibrado isso aí, gente.
1770 “Vâmo” cumprir a Lei, né? Nós fazemos Leis terríveis aqui. Muitas resoluções do
1771 CONAMA são péssimas pro meio ambiente e nós temos que cumprir né? Nós
1772 perdemos a guerra da disputa da argumentação e temos que cumprir. Por
1773 exemplo, aquela resolução de compostagem, em que é permitido colocar 100% de
1774 lodo de esgoto na compostagem, né? São coisas que o CONAMA andou
1775 aprovando aí que são horríveis. Então a gente é obrigado a cumprir a Lei, né?
1776 Qualquer comando ruim aqui que vai acabar com a saúde das pessoas é uma
1777 decisão entre aspas “democrática”, quando na verdade a gente sabe que não é
1778 uma decisão democrática. Mas cumprir o Regimento Interno eu acho que é uma
1779 coisa que aí já chegamos no fim da estrada, né? Ou a gente cumpre o Regimento
1780 Interno ou então a gente não tem mais moral pra ficar fazendo moção peça
1781 autonomia do CONAMA.

1782

1783

1784 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Por
1785 gentileza Marcelo do Governo do Amazonas e depois eu tenho o Eduardo. É isso?

1786

1787

1788 **O SR. MARCELO JOSÉ DE LIMA DUTRA (Secretário do Estado do Meio**
1789 **Ambiente - SEMA)** – Eu acho o seguinte, nós estamos analisando a urgência de
1790 algo que nasce urgente, por uma palavra essencial que está entre o que ocorreu e
1791 o fato. O fato é que nós gestores públicos que observamos os Regimentos

1792 Internos, não podemos ter o cerceamento do nosso trabalho técnico,
1793 principalmente no maior Conselho que aplica a política nacional de meio ambiente.
1794 O CONAMA desde 1981 é aplaudido como o Conselho Central desse País na
1795 regulamentação da política nacional de meio ambiente. E de repente nós temos
1796 aqui dentro a aceitação de um dedo em riste na cabeça de um técnico no
1797 exercício do seu trabalho e isso reflete para dentro dos Órgãos Federais,
1798 Estaduais e Municipais do meio ambiente. Nós hoje temos dificuldade de fazer
1799 com que os Órgãos funcionem porque todos trabalham com medo de colocar sua
1800 assinatura nos processos e mesmo assim ainda recebendo as críticas de
1801 letárgicos, de covardes e de ainda ter que trabalhar com as entre linhas dos
1802 processos. É salutar sim que nós entendamos que isso é urgente. Isso é urgente
1803 de nascimento. Isso é urgente desde o momento que se aceite que isso ocorra.
1804 No dia seguinte já era para ter uma moção pré-aprovada no site pra todos
1805 assinarmos e já estar valendo, não esperar nem a reunião do Conselho. Nós não
1806 podemos deixar que isso passe para a próxima reunião como vem passando. Na
1807 reunião de março já se discutiu essa moção e depois se discutiu de novo nas
1808 outras reuniões. E essa moção veio adiando, veio adiando, veio adiando. Se tá no
1809 formato do art. 18 se não tá no formato, se tá no formato da urgência, é urgente.
1810 Se não tiver no formato da urgência não é urgente por Regimento, mas é urgente
1811 pra nós servidores públicos que temos todos os dias que enfrentar a decisão de
1812 ser ou não ser, de estar ou não estar com determinada tomada de decisão em prol
1813 do meio ambiente no País. Nós somos analistas do IBAMA, nós somos analistas
1814 dos Estados, nós somos servidores dos municípios. Nós precisamos de segurança
1815 jurídica. Precisamos do Ministério Público ao nosso lado, não em cima de nós.
1816 Nós precisamos das entidades, tanto as produtivas como as da sociedade civil ao
1817 nosso lado para construir um País correto e respeitar os princípios ambientais.
1818 Nós não podemos trabalhar coagidos e não podemos transformar a palavra
1819 “servidor público” numa palavra que assuste, numa palavra que amedronte.
1820 *(Palmas!)*.

1821

1822

1823 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
1824 Obrigado Eduardo, por gentileza, com a palavra.

1825

1826

1827 **O SR. EDUARDO WENDLING (Planeta Verde)** – Boa tarde a todos. Então,
1828 Eduardo pelo Instituto O direito por um planeta verde. Pessoalmente, após todo o
1829 conhecimento dessa moção, a gente discutindo pela sociedade civil a gente
1830 descobriu que na verdade esse instrumento, ele tem falhas tanto de ordem
1831 material, quanto formal. A primeira delas, por exemplo, se a gente considerar que
1832 o art. 10, inciso 5º do Regimento Interno coloca que as moções têm como objetivo
1833 basicamente manifestar se sobre temas de relevância ambiental, a moção não
1834 tem o condão, por exemplo, de questionar em postura do Ministério Público. Não é
1835 um instrumento adequado para a finalidade que foi escolhida. Em segundo lugar a
1836 questão da urgência, efetivamente não houve o correto... A correta elaboração do
1837 Instrumento. Em momento algum, tanto a moção quanto o requerimento expressa

1838 as razões pelas quais sustenta a sua urgência. E nesse ponto, por exemplo, o art.
1839 18 do Regulamento Interno do CONAMA estabelece no § primeiro que após a
1840 apresentação da Mesa, a Mesa pode acolher o pleito de urgência, mas em
1841 momento algum a Mesa fez menção ao acolhimento desse pleito de urgência e
1842 não pode ser presumido que esse foi acolhido pela mera votação. Muito antes,
1843 pelo contrário, a própria transcrição da reunião passada, em momento algum a
1844 Mesa Diretora declara que aquela votação que foi realizada foi para admitir o
1845 pleito em regime de urgência, mas apenas para inclusão na ordem do dia. As
1846 manifestações que foram feitas foram basicamente no sentido de declarar que a
1847 moção entraria na ordem do dia, mas em momento algum houve emissão
1848 expressa de que esse pleito entraria em ordem de urgência, até mesmo porque
1849 formalmente o ato não trouxe, não cumpriu os requisitos.

1850

1851

1852 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Eu
1853 vou passar a palavra para a Dra. Adriana (DConama) e o Dr. Sidarta do CONJUR.

1854

1855

1856 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Tem
1857 algumas coisas que estão sendo colocadas que eu acho que vale a pena a gente
1858 explicar. Do ponto de vista formal de Regimento Interno, no entendimento nosso
1859 isso foi trazido ontem e nós buscamos as transcrições. Se você tem uma matéria
1860 que ela não tá na Ordem do dia e ela é trazida pra deliberação naquele mesmo
1861 dia, ela só pode entrar na pauta se ela for considerada urgente. Ela é tão urgente
1862 que o Regimento prevê uma situação excepcional para que ela entre como uma
1863 votação num assunto que não tá previamente pautado. Então, a necessidade de
1864 urgência já estava colocada a partir daquele momento. E a votação se deu em
1865 dois momentos: num primeiro momento se entendeu que aquela questão era
1866 urgente e que deveria ser apreciada na mesma reunião. A Mesa conduziu isso de
1867 uma maneira mais lacônica, porque já tinha sido feita uma série de outras falas na
1868 tribuna livre, então o assunto já estava colocado pro Plenário. Quando a Mesa
1869 conduziu isso, conduziu de uma maneira mais sucinta. A outra questão que está
1870 sendo colocada, eu “tô” me atendo estritamente à questão regimental e a
1871 interpretação que a gente vem construindo de ontem pra hoje, buscando o
1872 histórico disso no CONAMA. Departamento de apoio a o CONAMA faz um modelo
1873 e coloca no site. Agora isso é uma contribuição. Isso é uma possibilidade que
1874 facilita o Conselheiro quando ele vai dar entrada em algum pedido. Ele é
1875 obrigatório? Nos parece que não. Porque a fundamentação é obrigatória, agora a
1876 maneira como vai se dar essa fundamentação, ela não precisa estar escrita
1877 naquele modelo. Ela pode ser feita oralmente. O que tá sendo colocado pros
1878 senhores apreciarem é: houve ou não essa fundamentação? Foi seguido esse
1879 requisito ou não? E é essa a questão que está colocada. O cumprimento ou não
1880 do Regimento me parece secundário e me parece que houve sim o cumprimento
1881 do Regimento. Não da maneira do modelo colocado, mas de uma outra maneira
1882 oral.

1883

1884 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Dr. Sidarta, por
1885 gentileza.

1886

1887

1888 **O SR. SIDARTA JORGE DE AZEREDO SOUTO (MMA)** – Senhores, só
1889 complementando a fala da Doutora Adriana, eu não tô aqui pra dizer se é... Apoiar
1890 ou não apoiar nenhuma proposta. Eu estou aqui para verificar interpretações
1891 possíveis. A interpretação que o Órgão Jurídico dá nesse momento é que é viável
1892 sim entender de que houve uma votação de urgência nas palavras da Adriana,
1893 tanto é que a moção não existia na pauta que foi divulgada para os senhores com
1894 antecedência. Ela foi colocada, foi incluída na pauta no dia da própria reunião e
1895 isso só é possível mediante votação do Plenário. A partir do momento em que ela
1896 é colocada em pauta, houve o reconhecimento de urgência. Quanto à
1897 fundamentação, a forma não é a mesma que está no site do CONAMA, mas existe
1898 uma fundamentação na moção que foi proposta, cabendo aos senhores avaliarem
1899 se ela é uma proposta, se ela fundamenta a urgência ou não. Existe uma
1900 fundamentação aqui. Eu não tenho o condão de avaliar se é, pelo mérito, se é
1901 urgente ou não. O que eu posso dizer pros senhores é que a avaliação que é feita,
1902 houve um reconhecimento de urgência mediante a votação proposta aos
1903 senhores, tanto é que foi reconhecida a votação em Plenário para a terça-feira em
1904 que a reunião foi proposta. Quanto à questão do mérito que o Conselheiro acabou
1905 de colocar, se a moção serve ou não para a proposta colocada, ela só pode ser
1906 discutida no momento em que ela for posta em votação e aí os senhores vão ter o
1907 momento pra dizer se é o caso ou não de cabimento de moção.

1908

1909

1910 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Continuamos
1911 em discussão. Eu só queria o bom senso de todos os senhores pra que a gente,
1912 pra ajudarem a Mesa a conduzir esse impasse. Zuleica e Fábio.

1913

1914

1915 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – A impressão que eu tenho é que vocês
1916 não querem admitir que vocês não “podiam” ter recebido acatado esse ofício.
1917 Esse ofício, ele tinha que conter por escrito a fundamentação da urgência. A fala
1918 do senhor Aladim quando ele veio aqui no microfone e informou que ele estava
1919 apresentando, também não consta nenhuma, eu estou com a... Acabei de ler ali a
1920 fala dele e ele fala a mesma coisa que tá no Ofício “eu acho que é urgente então
1921 eu quero que entre com urgência... Essa é minha justificativa”. Eu acho que isso é
1922 um desaforo pro Plenário no sentido de que quando, por exemplo, as ONGs
1923 saíram por desobediência civil na última reunião do CONAMA eles receberam um
1924 e-mail depois, se os senhores não sabem em que o Regimento Interno foi aplicado
1925 duramente sobre nós. O Regimento Interno diz que o cidadão que vem aqui
1926 prestar serviço gratuito para coletividade e que pela Lei do serviço voluntário ele
1927 tem que receber passagens, acomodação, alimentação, porque essa é uma Lei,
1928 né? Uma Lei aprovada no Congresso... Nós fomos duramente penalizados porque
1929 nós teríamos que ficar aqui na sala sem sair o tempo inteiro da reunião porque o

1930 Governo entende que ele está nos pagando para estar aqui quando, na verdade,
1931 nós é que estamos pagando para estar aqui. Nessa hora o Regimento Interno foi
1932 aplicado com bastante dureza, né? “O artigo tal diz isso e da próxima vez vocês
1933 vão ter que devolver a passagem e as diárias porque vocês saíram cinco minutos
1934 da reunião no momento de votação. Porque vocês exerceram o direito de vocês
1935 da desobediência civil”. É, e na hora de votar o regime de urgência que é muito
1936 mais sério para este Plenário, porque no nosso caso só ficou 10% aqui do
1937 quórum, nesse caso nós podemos burlar o Regimento Interno e vamos fingir que
1938 toda a interpretação agora passa a ser possível. Vamos fazer uma mágica e dizer
1939 o seguinte: “olha, nós temos um modelo que diz que, tem cinco linhas ali que diz
1940 que a justificativa tem que ser colocada aqui. Mas vocês não precisam escrever
1941 ali”. Então devia escrever lá no modelo e dizer: “Olha, não precisa fazer como
1942 esse modelo. Esse modelo, ele não serve para nada”. Segundo: vamos riscar o
1943 artigo 18 do Regimento, porque daqui pra frente a interpretação é a seguinte: eu
1944 coloco na mesa um pedido de urgência, a Mesa aceita sem justificativa, não lê e
1945 não informa o público que está sendo votado o regime de urgência. E aí todo
1946 mundo vota pra entrada da moção na pauta, que é bem diferente de regime de
1947 urgência... Porque se na... Eu discordo também totalmente da interpretação da
1948 Doutora Adriana, porque não é porque se licitou a entrada na pauta de alguma
1949 matéria que necessariamente ela será de urgência. A urgência ela vem com o
1950 requerimento em separado, com a justificativa para cumprir o art. 18. Ponto. Não
1951 tem como fingir que o Art. 18 nessa hora não existe, né gente? Eu sei que é difícil
1952 cumprir a Lei, eu sei que é difícil andar na linha, mas nós temos que apreender. O
1953 Brasil precisa mudar. E se vocês querem aplicar o Regimento Interno pras ONGs,
1954 porque exerceram um direito político, porque que não vão aplicar para a ABEMA,
1955 que burlou o Regimento Interno?

1956

1957

1958 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1959 Eu tenho duas inscrições: o Aladim pela ABEMA e o Bocuhy, depois eu queria
1960 passar a palavra para a Doutora Adriana. Desculpa, anteriormente tem o Fábio.
1961 Por favor.

1962

1963

1964 **O SR. FÁBIO CAMARGO FERREIRA (FNP)** – Presidente, mas o
1965 encaminhamento eu acho que tem posições divergentes que não vão mudar. Se
1966 existe um departamento jurídico que responde por isso e ele já deu o seu parecer
1967 aqui oral de que foi feito dentro da legalidade, eu acho que a gente poderia já
1968 limitar a quantidade de gente que vai ser contra, eu acho que quem vai ser contra
1969 já tá manifestando aqui e já pode ir pra votação.

1970

1971

1972 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Aladim, pela
1973 ABEMA e depois o Bocuhy pela...

1974

1975

1976 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (Presidente da ABEMA)** – Eu vou
1977 nessa linha, assim também, porque eu acho que ficar discutindo “o sexo dos
1978 anjos” em cima de um tema tão importante como está colocado. A urgência tá
1979 expressa. Nós temos Conselheiros que estão ameaçados num processo no
1980 Ministério Público. Quer uma coisa mais urgente do que isso? Então assim, e
1981 outra coisa: a justificativa está no próprio fundamento da moção, tem uma série de
1982 “considerandos” lá que diz por que nós estamos solicitando a moção desse
1983 Conselho. Então assim, eu acho que pra gente encerrar essa discussão e parar
1984 com o impasse, vamos à votação e os Conselheiros vão entender se é urgente, se
1985 não é e se vale a pena encaminhar a moção. Põe em votação, essa é a minha
1986 sugestão.

1987

1988

1989 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bocuhy e
1990 depois eu vou dar a palavra à Adriana e faço a proposta de encaminhamento.

1991

1992

1993 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Bom,
1994 eu queria só resgatar um pouquinho aqui, já que essa questão colocada como
1995 nova, comprovar que ela não é nova. Primeiro: no mês de abril houve uma
1996 deliberação na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, referente a 0390 (a
1997 resolução 0390). Na época nós levamos, e eu fui signatário disso também, um
1998 Ofício àquela Comissão, e eu tô entrando um pouquinho na questão do mérito, até
1999 porque as questões foram colocadas aqui, que havia algumas questões que não
2000 estavam em conformidade com a... Comandos Constitucionais e então haveria a
2001 necessidade de retornar à Câmara Técnica de qualidade ambiental aquele
2002 processo. O quê que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos fez? Alertada pelo
2003 Dr. Rafael que à época presidia a Câmara Técnica, assim mesmo a Câmara
2004 Técnica retirou prazo daquele processo. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,
2005 ela não pode interferir no mérito. Então, o que ocorreu naquela ocasião foi isso.
2006 Nós dissemos: não pode alterar o mérito. E eu vim aqui na Plenária e disse isso
2007 de público mais de uma vez Doutora Adriana, a senhora deve se lembrar disso.
2008 Então essa discussão vem há bastante tempo e quando nós fizemos isso, nós
2009 dissemos: “olha, esse procedimento que está ocorrendo no CONAMA, não é o
2010 procedimento adequado do ponto de vista regimental, qual foi o procedimento do
2011 Ministério Público que assinava aquele documento também conosco”. Diante do
2012 fato de ter mexido no mérito da resolução, o Ministério Público pediu explicações à
2013 Câmara Técnica. E há uma abertura de procedimento investigatório que não é
2014 processo contra nenhum Conselheiro. Eles entenderam que o encaminhamento
2015 correto diante de um descumprimento do Regimento seria pedir explicações aos
2016 Conselheiros... Porque que votaram daquela forma? Então, eu acho do meu ponto
2017 de vista, que me submeto à Lei brasileira, eu acho que o que aconteceu foi uma
2018 consequência que seria previsível, inclusive o Doutor Rafael na reunião disse o
2019 seguinte: os senhores estarão sujeitos, isso tá na ata, estarão sujeitos ao
2020 questionamento por mexer no mérito. A própria consultoria da casa disse isso à
2021 época. Consequência disso, o Ministério Público encaminhou ao senhor Ministro,

2022 ao Doutor Eduardo, perdão, Edson Duarte, um recurso hierárquico, na medida em
2023 que o Ministério Público não podia atuar dentro da questão regimental, não dava
2024 mais pra atuar, pelo que eu entendi, entrou com o recurso hierárquico pedindo ao
2025 Ministro que tomasse uma providência. O Ministro fez o seguinte: mandou o
2026 recurso hierárquico de volta para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para
2027 que ali fosse decidido, quer dizer, a própria Câmara Técnica de Assuntos
2028 Jurídicos, que foi a infratora, ela teve a possibilidade de decidir sobre o recurso
2029 hierárquico do Ministério Público. E ela disse que isso não era afeto ao seu dever.
2030 E simplesmente não deliberou. Então, o que acabou acontecendo, que está
2031 acontecendo nesse caso e eu entendo desde aquela época, desde abril/maio, que
2032 isso era previsto, era uma consequência. Porque o Ministério Público estava
2033 acompanhando aquele processo há dois anos dentro de Câmara Técnica. Então,
2034 quando nós colocamos aqui uma questão da excepcionalidade, de uma questão
2035 da ameaça ao funcionário público, pelo contrário. O que a gente quer é fortalecer
2036 o papel de funcionalismo público, a responsabilidade do Conselheiro, o
2037 Conselheiro justificar o seu voto. E eu estive presente naquela reunião onde
2038 aconteceram esses fatos e o documento por nós apresentado, ele foi descartado
2039 sumariamente dizendo: “nós não vamos apreciar isso aí porque o regimento não
2040 prevê essa apreciação”. E eu digo aos senhores que eu me senti ofendido,
2041 ofendido naquela reunião de Câmara Técnica pelo tratamento que foi dado aos
2042 questionamentos por nós apresentados. Mas, eu me submeti à decisão... Só um
2043 minutinho, tô... Eu escutei uma porção de negativas...

2044
2045

2046 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu sei, mas eu
2047 queria a colaboração...

2048
2049

2050 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** –... Não
2051 é mérito, não. Não foi colocado o mérito. Então, a minha preocupação é que a
2052 gente trate disso como uma grande coisa excepcional, que diz respeito a todos os
2053 Conselheiros do CONAMA, que diga respeito a toda a sociedade civil e vamos
2054 deliberar sem discutir isso que nós estamos discutindo agora, que teria sido
2055 discutido com calma, sobre a pertinência dessa reação, quer dizer, quais são os
2056 nossos limites como Conselheiros não é? E nesse caso, eu pediria que os
2057 senhores que fizeram a moção nos termos que lá estão podem me incluir também,
2058 podem incluir a sociedade civil toda, porque nós todos pensamos da mesma forma
2059 que a gente tá sujeito a questionamento quando a própria consultoria jurídica da
2060 casa diz: “olha, vocês vão ser admoestados por isso”. Então, só para dizer que
2061 não é uma coisa nova, que isso vem se arrastando há tempo e que por isso a
2062 gente entende que o regime de urgência não cabe. Cabe um debate maior para
2063 que o CONAMA numa atitude impensada ou sem conhecimento dos fatos, faça
2064 um documento contra o Ministério Público, contra o procurador, que afinal de
2065 contas é o que nos salva a guarda hoje em muitas situações. Eu acho temerário
2066 isso, essa indisposição do Conselho Nacional com o Ministério Público, que é

2067 integrante desse Conselho também. É isso. Fica a minha preocupação. Muito
2068 obrigado.

2069

2070

2071 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Eu
2072 vou encerrar com o Pimenta, da Secretaria. Depois vou fazer uma proposta... A
2073 Adriana vai ler o artigo 18, para deixar bem claro que houve algumas
2074 interpretações que não estão de acordo com o Regimento, mas... Depois eu faço
2075 o encaminhamento.

2076

2077

2078 **O SR. JOÃO GABRIEL REZENDE CORREA PIMENTA (FATMA/SC)** – Eu achei
2079 que tinha falado pela última vez e, mas sentado, sentado e eu tenho evitado me
2080 manifestar sobre essa questão porque de certa forma possa ser interpretado que é
2081 algo que também me beneficia. Eu explico o que, porque dessa questão. Eu fui
2082 um dos Conselheiros entre vários que foi notificado pelo Ministério Público Federal
2083 pelo exercer a minha fala dentro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.
2084 Conselheiro Bocuhy se fosse só pela questão do prazo e disso e aquilo, mas não
2085 foi isso. Pelo menos a minha notificação e a notificação dos demais Conselheiros
2086 não é no nesse sentido. Aliás, nós nem sabemos o quê que a gente tá sendo
2087 notificado. Sei que é um belo texto, bem feito, só que termina com uma
2088 improbidade. Como se o que a gente tivesse feito dentro da manifestação jurídica
2089 no âmbito da Câmara Técnica fosse um ato de improbidade e citam várias falas
2090 que nós falamos dentro da Câmara Técnica. Porque eu, Conselheiro Pimenta,
2091 “sou contra o princípio da vedação e retrocesso ambiental”. Como jurista é a
2092 minha visão, desde que seja aplicado da forma genérica não fundamentada num
2093 artigo de Lei, mas disso me criminalizando por essa fala. Esta foi e outros pontos e
2094 inclusive tem Conselheiro da sociedade civil eu acho que o Bruno não está aqui,
2095 deu uma saída, mas que também foi notificado pelo Ministério Público Federal,
2096 também tá respondendo e nós não sabemos o quê e vocês todos que são
2097 gestores sabem que isso pode não dar em nada, mas na maioria das vezes dá em
2098 alguma coisa. E o simples fato de responder a uma ação dessas de improbidade
2099 já é uma “incomodação” pra muita gente. Então eu saio esse final de ano e ano
2100 que vem quem sabe para os próximos anos vou responder. Então, nesse sentido
2101 toda a ABEMA, a ANAMMA e diversas outras entidades que foram... Que não foi
2102 uma proposta única, foi unânime... Não unânime, mas bem vista por diversos
2103 membros daqui. Formularam na última gestão... Na última reunião esse pedido de
2104 urgência. Como várias pessoas que colocaram antes de mim, os fatos são
2105 urgentes. O quê que se pede? No final da verdade nós só vamos fazer uma
2106 moção pedagógica para dizer o óbvio, mas infelizmente a gente diz que o óbvio é:
2107 “pô, os Conselheiros são independentes”, mas não parece ser. Só que talvez lá
2108 fora isso possa ser visto com bons olhos: “pô, o pessoal tá sendo ameaçado por
2109 ele tá falando a opinião dele”. Sendo que a opinião de uma Câmara Técnica ela
2110 pode ser totalmente ignorada aqui no Plenário. Pode ser feita uma emenda, votos
2111 diferentes, enfim, nós não aprovamos nada, quem aprova é o Plenário. O Plenário
2112 é soberano. E, então nesse sentido é que foi feita (a moção), os fundamentos os

2113 justificam e há urgência. Agora, se há uma questão eu posso propor à presidência
2114 que seja saneado. Que se vote novamente aqui. Se todos os Conselheiros aqui
2115 presentes, se ainda acham que isso é urgente. Se o Conselheiro achar, acho que
2116 todo o vício da urgência passa a ser saneado. A questão é modelo... É modelo,
2117 não é forma. As justificativas e os motivos como o Doutor Sidarta já colocou foram
2118 preenchidos, têm o número dos signatários, mas se o Plenário aqui decidir não
2119 aprovar a moção, a gente continua como eu falei antes. Aqui a gente tem... Pode
2120 ter posições diversas e lá fora a gente continua amigo. Não é porque vai ser
2121 aprovado ou não vai ser rejeitada, não. Eu acho que uma votação saneadora que
2122 seja: alguém acha que é urgente? Não, não é urgente e aí vai seguir o rito e vai
2123 ficar para o próximo governo decidir o que fazer. Se é urgente, aí pode emendar,
2124 pode traduzir o texto, pode falar o que for, mas eu acho que o texto é preocupante
2125 e eu tô saindo aqui hoje, mas pra quem vai continuar, porque se a gente não
2126 colocar o nosso ponto de vista agora talvez isso piore Dr. Bocuhy pros próximos.
2127 O próximo Governo a gente não sabe como vai ser.

2128
2129

2130 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
2131 minutinho Bocuhy... Só um minutinho, por favor... Só um minutinho, por favor...
2132 Por favor, Doutor Bocuhy... Eu dei o encaminhamento. A Doutora Adriana vai ler o
2133 artigo 18. Essa discussão tá ficando muito monopolizada. Nós estamos
2134 valorizando... Posso falar? Eu estou presidindo a Mesa, o senhor dá licença?
2135 Depois que eu falar, por gentileza. Depois que eu falar, por favor. Então, a minha
2136 posição não fácil. Esse ano é a sexta reunião que eu tento presidir. Não me
2137 envolvendo nas decisões. Tento ao máximo ser imparcial. Tento ao máximo seguir
2138 o Regimento. Isso aqui não é simples. Só quem tem... Desde 96 que eu participo
2139 do CONAMA. Então, por favor, me ajuda e “vâmo” terminar a reunião... A última
2140 reunião do ano e desse Governo, de uma forma serena, de uma forma elegante.
2141 Eu acho que a proposta do Pimenta é uma proposta plausível. Ora, vamos
2142 sanear? Vamos ver se é urgente mesmo? Vamos votar? Se for urgente, é urgente.
2143 Vamos discutir o conteúdo. Se não for urgente “taca” o pedido de vista. Faz o
2144 pedido de vista e encerramos a reunião conforme eu transferir. Eu acho que a
2145 gente aqui tá sendo muito duro. Quando os Conselheiros falam que a gente tá
2146 “burlando o Regimento”... Que “a gente não cumpre Leis”... Eu acho que tá tendo
2147 um “caldo de final de festa” que não tá sendo muito legal, inclusive pra gente que
2148 tem o mesmo compromisso que vocês, que é fazer uma boa gestão na área
2149 ambiental. Essa posição da gente aqui não é fácil, é difícil. Especificamente eu
2150 que não sou especialista na matéria. Todo mundo sabe que a minha especialidade
2151 é da área florestal. Então, por favor, me ajudem a terminar a reunião do ano. Eu
2152 não sei o que o futuro próximo me aguarda, talvez seja minha última reunião do
2153 CONAMA também, mas não gostaria que ficasse pra história um CONAMA que
2154 não sabe respeitar as diferenças. Essa é nossa riqueza. Nós somos diferentes.
2155 Isso é que nos faz fortes. Nós estamos em um processo... Nós estamos sendo
2156 avaliados. Então é importante que a gente mostre que a gente é maduro
2157 suficiente, até pra justificar a existência do CONAMA nos próximos anos. Então,
2158 por favor, eu acho que a proposta do Pimenta, ela é razoável, ela é uma proposta

2159 coerente. Vamos julgar a urgência novamente. É um ato que vai sanear uma
2160 eventual inclusive má condução minha... Um erro de percepção de deixar
2161 registrado ou não no momento da Ata. Eu acho que esse... Eu pediria um apelo
2162 dos senhores se vocês concordam... Vamos fazer uma votação de novo. A moção
2163 é urgente? Se for considerado urgente terá o tratamento de uma moção urgente.
2164 Se não for considerado urgente terá o rito de uma moção que não foi considerada
2165 urgente. Vocês não acham isso razoável? Não, o Regimento Interno não está
2166 sendo descumprido, nós estamos colocando em votação. Não o quê? Eu posso ler
2167 o artigo 18. A Adriana vai ler o artigo 18. Deixa ela ler o artigo 18. Por gentileza,
2168 Adriana.

2169
2170

2171 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu estou
2172 aqui pensando o quê que eu falo Bocuhy... Eu tô pensando o seguinte: eu acho
2173 que eu quero realmente falar que a Zuleica que me conhece esse tempo todo, a
2174 sociedade civil, a equipe, enfim, todo mundo, a gente não tem problema nenhum
2175 em reconhecer o erro a questão não tá aí... O Fundo da questão tá naquilo que
2176 começou a ser colocado em algumas falas e foi colocado aqui pelo Sidarta... Se a
2177 matéria está em regime de urgência, qualquer pedido de vistas tem que passar
2178 por uma votação. Se não tiver em regime de urgência, o pedido de vistas pode ser
2179 dado automaticamente. Esse é o cerne da questão. Então agora a sociedade civil
2180 me parece que não tá mais lutando por entendendo se tem ou não, se foi ou não
2181 votado na última reunião, mas eu acho que a gente precisa sim passar por uma
2182 nova votação agora, pra que não pare nenhuma dúvida. A fundação do regime de
2183 urgência, eu vou ler o § 3 do Art. 18 e em nenhum momento tá dito que a
2184 fundamentação tem que ser feita conforme o modelo colocado no site. O modelo,
2185 ele é uma facilitação pro Conselheiro. Eu vou ler a letra do § 3 do art. 18: 'Em
2186 casos excepcionais, assim reconhecidos pelo Plenário, comprovados o caráter
2187 relevante do tema e a necessidade de manifestação urgente do CONAMA, poderá
2188 ser requerida a análise e a deliberação da matéria na mesma reunião em que for
2189 apresentada'. A maneira que está colocada essa fundamentação não está
2190 colocada como se dá, diz que tem que ser fundamentado. Então eu acho que com
2191 isso a gente pode encaminhar como a Mesa tá propondo, fazer uma nova votação
2192 se a matéria é considerada urgente ou não pelo conselho. E aí o resto a gente dá
2193 um encaminhamento posterior.

2194
2195

2196 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
2197 minutinho. Desculpe, por favor, fale no microfone, porque se vocês “tão” usando
2198 tão fortemente a razão de estar tudo registrado, então por gentileza, use o
2199 microfone.

2200
2201

2202 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu só posso votar se a matéria é urgente
2203 se eu souber qual é a justificativa para a urgência. E essa justificativa não está na
2204 moção. Então, a gente deu uma... Analisamos a moção e em nenhum momento ali

2205 diz que existe um perigo eminente de alguém ser preso né, por exemplo, ou de
2206 alguém ser prejudicado nos seus direitos, não existe justificativa alguma na
2207 moção. Não existe justificativa alguma na fala da pessoa que apresentou a moção.
2208 Não existe justificativa pela Mesa e nós vamos votar se é urgente ou se não é,
2209 sem saber qual é a justificativa?

2210

2211

2212 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Zuleica, você
2213 acabou a me dar a solução de encaminhamento... Então eu vou abrir agora uma
2214 fala para os proponentes da moção que justifiquem a urgência e vou abrir uma fala
2215 pra quem acha que a moção não é urgente. Com isso, estou cumprindo
2216 exatamente a sua recomendação de dar a fundamentação que vai ser registrada
2217 na Ata. Por favor, quem... O proponente que poderá fazer a fundamentação oral,
2218 pra ser transferida pra Ata pela urgência da moção... Por favor.

2219

2220

2221 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Eu
2222 posso fazer primeiro? Só uma...

2223

2224

2225 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não. Não,
2226 não... Desculpa. Depois o senhor... Eu lhe dou a palavra.

2227

2228

2229 **O SR. MARCUS DE ALMEIDA LIMA (Presidente do INEA-RJ)** – Bom,
2230 encaminho pelo...

2231

2232

2233 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Se identifica,
2234 por gentileza.

2235

2236

2237 **O SR. MARCUS DE ALMEIDA LIMA (Presidente do INEA-RJ)** – Marcus Lima,
2238 presidente do INEA, representando o Estado Do Rio de Janeiro. Eu encaminho
2239 pela urgência, minha justificativa é: o quê que é urgente? Urgente é aquilo que se
2240 você não fizer dentro do tempo correto, ele perde a razão de ser. Volto a repetir, o
2241 que está sendo agredido aqui é a democracia participativa na sua essência
2242 quando qualquer um que representa o seu setor e que vem aqui para tomar
2243 decisão aqui ou na Câmara Técnica, ele pode se sentir ameaçado por um
2244 inquérito ou por alguma questão ou dos instrumentos usados pelo Ministério
2245 Público. Isso pra mim é da maior gravidade e perder-se o “time” disso aí, deixar
2246 para o próximo, é, legislatura do CONAMA, tem um problema muito sério, primeiro
2247 porque as pessoas que estão aqui que são quem efetivamente estão sofrendo
2248 essa ameaça talvez não estejam na legislatura seguinte. Então é importante que
2249 isso seja votado nessa aqui. Daí a urgência.

2250

2251 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
2252 Então, eu vou... Por favor, Bocuhy.

2253

2254

2255 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Na
2256 verdade, eu quis fazer uma pergunta e ele se recusou a me responder. A quem se
2257 destina? Porque na exposição que foi feita no começo, mudou a destinação da
2258 reunião, eu queria entender essa... A quem se destina? Por exemplo, se um
2259 promotor, como no caso foi dito aqui, comete um erro, você tem um
2260 encaminhamento para a corregedoria. Esse é um mecanismo próprio do Ministério
2261 Público.

2262

2263

2264 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – A quem se
2265 destina a moção?

2266

2267

2268 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – E aí
2269 quando ele hoje veio apresentar ele disse: “nós pensamos que o Conselho do
2270 Ministério”... Ele citou uma outra instância. Eu queria ter clareza desse
2271 encaminhamento, porque na verdade, isso faz parte inclusive da justificativa.

2272

2273

2274 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ô Pimenta,
2275 você podia esclarecer pra gente por gentileza? Eu entendi Bocuhy que é a quem
2276 se destina a moção? Não é a reunião (porque você falou reunião)... É a quem se
2277 destina a moção?

2278

2279

2280 **O SR. JOÃO GABRIEL REZENDE CORREA PIMENTA (FATMA/SC)** – Bocuhy a
2281 ideia quando a gente trouxe a moção na última reunião era direcionar ao Ministro
2282 para o Ministro tomar as providências que seria ele encaminhar o conteúdo da
2283 moção para quem ele bem entendesse. Podia não encaminhar pra ninguém, podia
2284 só publicar no site, ou podia encaminhar pra entre aspas: “torcida do flamengo”.
2285 Em conversa com os outros proponentes da moção, a CNI, os demais Estados e a
2286 ANAMMA, destinou-se que era mais viável... Tinha mais sentido e o local pra ser
2287 encaminhado seria o Conselho Nacional do Ministério Público... Como? Bom, isso
2288 a gente pode, em comum acordo com o Plenário também, a Corregedoria do
2289 Ministério Público... A gente não destinou Bocuhy à Corregedoria que...
2290 Justamente no sentido que você colocou de parece que a gente tá indo contra... A
2291 gente tá comprando a briga contra a procuradoria... Não é o caso. Não é esse o
2292 caso. A gente tá querendo dar ciência para que essas futuras ameaças, elas não
2293 sejam feitas e se um dia o Ministério Público tiver que agir que faça objetivamente,
2294 se algum Conselheiro descumprir alguma coisa. Nós não estamos cerceando o
2295 direito, nós estamos só fazendo nossa recomendação pedagógica pela
2296 independência de como decidir dentro do âmbito das Câmeras Técnicas. Ponto.

2297 Agora, com certeza seria aperfeiçoado. Poderia Presidente ser colocado também
2298 à Corregedoria, ao Ministério Público. Não vejo nenhum problema em ser
2299 acrescentado. Sim. Sim. Não vejo problema da forma...

2300

2301

2302 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –**
2303 Preliminarmente... Preliminarmente nós vamos encaminhar a votação... Não é
2304 possível, ô Bocuhy... Não é possível, Bocuhy... Você...

2305

2306

2307 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM) –** Eu
2308 tenho que registrar, por favor, sejam civilizados. A questão é eu gostaria de
2309 justificar pelo erro de encaminhamento que nós apontamos desde o início, que
2310 está consignado por documento, entendendo que a questão demanda uma
2311 discursão maior, portanto não se trata de urgência. Obrigado.

2312

2313

2314 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Bom, feita a
2315 defesa da não urgência e feita a defesa da urgência. Vamos encaminhar a
2316 votação da forma como foi proposta e que foi “aclamadamente”, pela maioria
2317 sugerida à Presidência da Mesa. Então, quem é favorável, por gentileza, regime
2318 de votação, se alguém estiver aí fora e não nos ouvir, em regime... Quem é
2319 favorável à urgência... Ao encaminhamento em regime de urgência da moção
2320 proposta pela ABEMA e demais Conselheiros, por favor, se manifestem. Vâmo
2321 contar, por gentileza. Tem os votos da mesa... Quantos votos? 42 votos
2322 favoráveis. Quem é contrário, por gentileza, se manifeste... Quantos? 10 votos
2323 contrários. Quem se abstém? 1, 2 abstenções. Não é isso? Com isso nós temos
2324 40 votos favoráveis, 10 votos contrários, 2... 42, com 10, 52... 58, isso, nós temos
2325 quórum. Tá ok? Bom então está aprovada a urgência da moção. E agora...
2326 *(Palmas!)*.

2327

2328

2329 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (PROMAC) –** Minha justificativa de voto. Eu quero
2330 justificar que as ONGs ambientalistas aqui presentes votaram contra o regime de
2331 urgência.

2332

2333

2334 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Muito obrigado.
2335 Registrada a justificativa de voto. Bom, a moção estando em regime... Nós temos
2336 agora que fazer a análise da moção, quer dizer, agora é a hora de... Questão de...

2337

2338

2339 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Agora a
2340 gente vai colocar na tela a moção, vai, vai... ver se tem alguma emenda...

2341

2342

2343 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –...** Se aprova o
2344 texto completo, se tem alguma emenda, quer dizer, agora, nós entramos em
2345 regime...

2346

2347

2348 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –...** Eventual
2349 pedido de vistas teria que ser votado, se tivesse sido sinalizado antes, mas não
2350 colocado agora. Então, eu imagino que tá vencido essa questão. É só ver se tem
2351 alguma emenda ao texto.

2352

2353

2354 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Os senhores
2355 querem que eu faça a leitura da moção?

2356

2357

2358 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Querem.
2359 Acho que é importante que a gente faça a leitura. E na tela tem a emenda que eu
2360 acho que aqui não tem.

2361

2362

2363 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Então tá bom.
2364 Querem que eu faça a leitura então?

2365

2366

2367 **O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Por favor.

2368

2369

2370 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Danilo podia
2371 colocar no “comecinho”?

2372

2373

2374 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Você tá
2375 digitando ainda na moção? Parou?

2376

2377

2378 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Pode colocar
2379 no começo.

2380

2381

2382 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Tá? Então, por
2383 favor... Moção número tal, tal... Moção de apoio pela independência dos
2384 Conselheiros do CONAMA nas Câmaras Técnicas e pela soberania da decisão o
2385 Plenário: ‘O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, no uso das suas
2386 atribuições e competências que são conferidas pela Lei nº 6938, de 31 de agosto
2387 de 1981, regulamentada pelo Decreto 1989/274 de 6 de junho de 1990 e tendo em
2388 vista o disposto no art. 13 do seu Regimento Interno anexo à portaria número

2389 4152 de 17 de novembro de 2011 do Ministério do Meio Ambiente e considerando
2390 que a Sociedade Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA,
2391 os Governos Municipais – ANAMMA, Frente Nacional de Prefeitos – FMP, Setor
2392 Florestal, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional dos
2393 Transportes – CNT, vem externar a sua preocupação com a instauração por parte
2394 da Procuradoria da República do Distrito Federal, do procedimento preparatório nº
2395 1.16.30.02002594/2018-13 através do qual foram expedidas “representações”
2396 (entre aspas) contra Conselheiros membros da Câmara Técnica de Assuntos
2397 Jurídicos – CTAJ, deste Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, a fim
2398 de investigar (entre aspas) “eventual irregularidade” do procedimento em trâmite
2399 para alteração da Resolução CONAMA 03/90. Considerando que a integridade...
2400 Considerando que as Entidades entendem que o ato de tal fato fere de forma
2401 profunda a integridade e a autonomia desse Conselho que disso depende para
2402 continuar exercendo o importante mister, o trabalho como instrumento de um foro
2403 legítimo e atuante de forma participativa à elaboração e revisão de normas
2404 ambientais. Considerando que, ao instaurar procedimento (entre aspas)
2405 “preparatório” e através deste, representar contra Conselheiros do CONAMA, o
2406 Ministério Público Federal atinge não apenas esses Conselheiros, mas a
2407 Instituição CONAMA como um todo é necessário reconhecer o posicionamento
2408 legítimo desse Colegiado e de suas Câmaras Técnicas, que após votação regular
2409 entendeu estar a matéria pronta para ser encaminhada ao Plenário. Considerando
2410 que em determinado trecho de sua manifestação a Procuradoria atribui a um
2411 determinado Conselheiro uma certa (entre aspas) “sensação de superioridade”,
2412 (entre aspas) “com base apenas na interpretação do seu tom de voz” esse tipo de
2413 (entre aspas) “policiamento” (fecha aspas) constituiu por si só uma sinalização
2414 muito negativa e desestimuladora da participação não apenas desses
2415 Conselheiros, mas de todos os que participam de decisões em reuniões públicas e
2416 gravadas, dada a subjetividade da assertiva. Considerando que não é proporcional
2417 equiparar um membro voluntário do CONAMA aos Agentes Públicos (entre aspas)
2418 “para fins de aplicação da Lei de improbidade administrativa”, uma vez que atuam
2419 como agentes políticos para a tarefa precípua de elaborar e revisar normas do
2420 CONAMA. Considerando que tais membros representam instituições
2421 legitimamente integrantes do CONAMA, a fim de levar ao Órgão Colegiado os
2422 interesses de suas respectivas áreas, Poderes Públicos Municipais, Estaduais e
2423 Federais, terceiro setor, iniciativa privada, entre outros. Nesse sentido e visando a
2424 proteção da legitimidade de atuação dessas Instituições de interesse máximo de
2425 proteção ambiental em nosso País e por consequência do exercício da própria
2426 democracia participativa por meio do cidadão interessado é que essas Entidades
2427 vêm solicitar ao Ministério do Meio Ambiente que também se manifeste
2428 formalmente em defesa do próprio CONAMA e dos seus Conselheiros, sob pena
2429 de fragilização cada vez maior dessa tão relevante Instituição, que tem uma
2430 história na sua prestação de serviços tão importante na sociedade brasileira.
2431 Proposta: nesse sentido e visando a proteção da legitimidade da Instituição de
2432 interesse máximo da proteção ambiental em nosso País e por consequência do
2433 exercício da própria democracia participativa por meio do cidadão interessado que
2434 essas Entidades vêm dar ciência aos nobres Conselheiros do Conselho Nacional

2435 do Ministério Público, na pessoa de sua Presidente: Raquel Elias Ferreira Dote,
2436 dos atos aqui praticados, sob pena de fragilização cada vez maior dessa tão
2437 relevante Instituição que tem uma história na sua prestação de serviços tão
2438 importantes à sociedade brasileira. Às atividades signatárias, enquanto
2439 representantes do setor público e privado e sociedade civil do CONAMA estarão
2440 sempre atuantes e proativos nos trabalhos produzidos por esse Colegiado,
2441 visando o aperfeiçoamento das normas ambientais às quais os Estados também
2442 deverão se subjugar. Lembrado que para se garantir efetividade a essas normas é
2443 indispensável que elas estejam em sintonia com as realidades regionais de um
2444 País tão heterogêneo e diverso em suas condições humanas e geográficas como
2445 é o Brasil. Brasília, 30 de outubro de 2018'. E aí não aparece...

2446

2447

2448 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Porque esse
2449 texto teve emendas...

2450

2451

2452 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ah, tá OK.
2453 Bom, aí tem as assinaturas da CNI, da ABEMA, tem as assinaturas que de praxe
2454 o Regimento exige. Em discussão. Não há manifestação? Em votação. Desculpa...
2455 Aqui, essa proposta eu tô entendendo que ninguém tá fazendo nenhuma emenda.

2456

2457

2458 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – O que tá em
2459 vermelho já é a emenda apresentada.

2460

2461

2462 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O que tá em
2463 vermelho já é a emenda apresentada, não é isso?

2464

2465

2466 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Isso. O que
2467 tá sinalizado em vermelho.

2468

2469

2470 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Que é... Volta
2471 por gentileza... Que é a destinação ao Conselho Nacional do Ministério Público.

2472

2473

2474 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Essa é a
2475 mudança... Essa é a mudança apresentada.

2476

2477

2478 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Sai. Essa é a
2479 proposta, já com a emenda apresentada? Têm alguma dúvida gente, porque esse
2480 “troço” já virou um negócio tão polêmico. Depois vão responsabilizar a Mesa que

2481 não fez a condução como deveria ser feita. Alguma dúvida? Podemos entrar em
2482 regime de votação para aprovar ou não esse texto? Sim, então em votação... Pois
2483 não Comandante Mourão. Questão de ordem.

2484

2485

2486 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Apenas um
2487 pedido de verificação de quórum, senhor presidente.

2488

2489

2490 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pois não. Com
2491 a ausência de várias pessoas que se retiraram... Só gostaria e informar que a
2492 reunião está convocada para o dia de amanhã também, tá ok? Por favor, vamos
2493 verificar o quórum. Não, eu acho que eu tenho que fazer... Vamos levantar e
2494 contar ou vamos fazer a chamada? Levanta e conta, por favor. Por favor, conta
2495 pra mim? Sim. Quem é membro tem que levantar inclusive o senhor, Comandante
2496 Mourão. Obrigado.

2497

2498

2499 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – 46.

2500

2501

2502 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O quórum
2503 mínimo é 44, temos quórum... Em votação. Quem é favorável à proposta de
2504 moção, por favor, se manifeste. Por gentileza, contem os votos... 38... 40 votos
2505 favoráveis. Quem é contrário, por gentileza se manifeste. Não há votos contrários.
2506 Quem se abstém, por gentileza. Três... Quatro abstenções. Muito obrigado. A
2507 moção foi aprovada. Temos agora a... (*Palmas!*)... Pra finalizar a nossa pauta, um
2508 foro extremamente importante que a Dra. Suely vai apresentar em conjunto com o
2509 Secretário Germano de Minas Gerais.

2510

2511

2512 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – O Germano eu
2513 acho que foi... Já foi. O Antônio Augusto está aí? Tá aí. Na verdade, pra deixar
2514 clara... É um tema que nós temos tratado no âmbito da Comissão tripartite
2515 nacional, e Minas pediu pra estender o conhecimento sobre esse esforço aqui no
2516 CONAMA. O IBAMA vem desenvolvendo um projeto de revisão dos acordos de
2517 cooperação técnica em relação ao cadastro técnico e à taxa de controle de
2518 fiscalização ambiental. Hoje nós temos acordo com 15 Estados, tem um que vai
2519 ser assinado nos próximos dias, até o final do ano vamos estar com 17 Estados
2520 com acordo de cooperação técnica firmado com o IBAMA que prevê a
2521 padronização dos cadastros e o recolhimento conjunto das taxas de controle e
2522 fiscalização. Esse esforço de fazer esses acordos, a ideia... A Diretoria de
2523 Qualidade Ambiental tem um cronograma até o final de 2019 que chega a
2524 completar esses acordos com o País como um todo, com os 27 Estados, essa é a
2525 ideia e tá promovendo uma série de treinamentos. Só esse ano foram treinadas
2526 mais de cem pessoas nesses Estados, é isso? A ideia é fazer com que todos os

2527 27 Estados, você esteja até o final do ano que vem repassando os 60% da taxa de
2528 controle de fiscalização ambiental do IBAMA e nós estamos fazendo aditivos pra
2529 haver o repasse pros Municípios. Já tem quatro Estados em que os Municípios já
2530 vão passar a receber. O primeiro que foi assinado foi o Rio Grande do Sul, mas já
2531 fizemos mais três aditivos pros Municípios receberem. Isso significa, pelo menos
2532 no entendimento do IBAMA, a forma mais efetiva de você garantir o SISNAMA em
2533 plena operação com o repasse imediato esse recurso, ele chega de 15... É uma
2534 guia de arrecadação conjunta, esse recurso chega de 15 em 15 dias pros Estados,
2535 nem chega a entrar no caixa da União, mas mais importante do que você repartir o
2536 dinheiro da taxa, é você trabalhar no SISNAMA com cadastro padronizado em
2537 termos de empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores. Minas
2538 pediu isso a gente tem tratado na Comissão tripartite, mas Minas pediu pra expor
2539 a atuação integrada no IBAMA pra vocês entenderem como funciona. Minas, nós
2540 temos feito há três anos uma atuação integrada de fato né, assim, com servidores
2541 atuando juntos na mesma sala né. Realmente a integração federativa plena, é o
2542 nosso exemplo que nós damos pros outros Estados, o Germano tinha pedido pra
2543 expor, então eu vou passar a palavra pra Minas Gerais.

2544

2545

2546 **O SR. GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA (Gov MG)** – Boa tarde. Eu vou ser bem
2547 breve até por conta do adiantar das horas. Basicamente só ratificar o que a
2548 Doutora Suely disse. Minas Gerais realmente tem uma experiência bastante
2549 exitosa com o IBAMA, já é uma parceria já de bastante tempo e realmente que
2550 anda muito junto como ela bem disse nós temos cerca de, se eu não me engano
2551 quatro servidores que estão lotados na Superintendência do IBAMA, que tem
2552 como única atribuição realmente trabalhar nessa padronização, tanto do Cadastro
2553 Técnico Federal, quanto também do TCF. Então realmente é uma experiência
2554 muito exitosa já de alguns anos, já também adotada por 15 né... Estados, que
2555 deve se expandir pra todos os Estados né, a gente... Assim a gente espera e para
2556 os Municípios também. Minas Gerais vem passando por um processo bastante
2557 intenso de municipalização do licenciamento e com toda a razão aqueles
2558 Municípios que estão assumindo a sua competência originária por licenciamento
2559 fazem também a fiscalização, intensificam o procedimento de fiscalização e
2560 passam a requerer também o seu direito de adesão a esse sistema que deve se
2561 dar também de uma forma mais integrada possível. Então nesse sentido
2562 realmente Minas atua diretamente com o IBAMA e vem também trabalhando com
2563 os Municípios e o que se precisa fazer para a transferência desses recursos pros
2564 Municípios é uma estruturação realmente né desse... Dos entes e que se faz da
2565 maneira mais organizada e adequada possível. Então o objetivo aqui não foi trazer
2566 números, nada nesse sentido, mas dizer realmente que a atuação é muito
2567 próxima, como a Dra. Suely falou, na mesma sala né. Então é uma atuação que
2568 ocorre diretamente integrada e semanalmente nós... Nos reportam realmente os
2569 avanços que vêm acontecendo realmente de forma bastante intensa. Então eu
2570 agradeço a oportunidade. Obrigado. *(Palmas!)*.

2571

2572

2573 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Abro a
2574 palavra pra algum comentário, alguma questão. Não havendo nenhuma inscrição,
2575 o Presidente da Mesa se ausentou um minutinho. Então, eu encerro essa Plenária
2576 do CONAMA hoje, agradecendo a presença de todo mundo e como já estamos no
2577 final de novembro realmente desejando um final de ano feliz e em paz para todos
2578 nós e esperamos nos ver em alguma circunstância o ano que vem. Agradecemos
2579 a todos pela colaboração. (*Palmas!*).